



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 066 CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 18 DE JUNHO DE 2007 ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS Presidente - Democratas		
ANTONIO ANIBELLI 1º Vice-Presidente - PMDB	AUGUSTINHO ZUCCHI 2º Vice-Presidente - PDT	FELIPE LUCAS 3º Vice-Presidente - PPS
ALEXANDRE CURI 1º Secretário - PMDB	LUCIANA RAFAGNIN 2ª Secretária - PT	LUIZ ACCORSI 3º Secretário - PSDB
CIDA BORGHETTI 4ª Secretária - PP	CHICO NOROESTE 5º Secretário - PL	
ABIB MIGUEL Diretor Geral		

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Luiz Claudio Romanelli</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>Democratas</i>	<i>Plauto Miró</i>
<i>PT</i>	<i>Elton Welter</i>
<i>PP</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PTB</i>	<i>Fábio Camargo</i>
<i>Bloco PPS/PMN</i>	<i>Marcelo Rangel</i>
<i>Bloco PSB/PL/PRB/PV</i>	<i>Reni Pereira</i>

Representação Partidária

PMDB - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 066

61ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	2
Presenças	2
Abertura da Sessão	3
Grande Expediente:	
Dia do Imigrante Japonês no Paraná3	
Composição da Mesa	3
Proponente:	
Dep. Luiz Nishimori	3
Orador:	
Sr. Soichi Sato	
Cônsul Geral do Japão	4
Expediente:	
Reassunção de Cargo	5
Mensagens	5
Ofícios.....	7
Telegramas	7
Indicações	7
Designações	9
Requerimentos	9
Projeto de Resolução	14

Projetos de Lei.....	14
----------------------	----

Horário das Lideranças:

Liderança dos Democratas	
Dep. Elio Rusch	24
Liderança do PT	
Dep. Professor Luizão	25
Liderança do PP	
Dep. Antonio Belinati	26
Liderança do Bloco PPS/PMN	
Dep. Douglas Fabrício	27

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente	30
Discussão/Votação	
Redação Final	31
2ª Discussão	31
1ª Discussão	32
Requerimentos	34

Encerramento da Sessão39

Publicações:

Comissão Executiva	
Atos.....	39
Diretoria Geral	
Portarias	40

Publicações Administrativas40

DIÁRIO Nº 066

61ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

ATA DA 61ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2007

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Teruo Kato e Dr. Batista.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Francisco Bühler, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Nishimori, Miltinho Pupio, Marcelo Rangel, Mamede, Mauro Moraes, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Rui Hara, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Wal-

dyr Pugliesi (50).

Ausentes os Srs. Deputados: Fábio Camargo e Reni Pereira (02).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Geraldo Cartário e Luiz Eduardo Cheida (02).

Abertura da Sessão:

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Grande Expediente:

Dia do Imigrante Japonês no Paraná

Por proposição dos Srs. Deputados Luiz Nishimori, Rui Hara e Teruo Kato, o Grande Expediente desta Sessão será destinado a comemoração do Dia do Imigrante Japonês do Paraná.

Composição da Mesa

Com muita satisfação anuncio a composição da Mesa:

Exmo. Sr. Cônsul Geral do Japão, Soichi Sato; Exmo Sr. Deputado Luiz Nishimori; Exmo. Sr. Deputado Teruo Kato; Deputado Antonio Ueno, a quem tenho o privilégio de cumprimentar; Dr. Batista como 2º Secretário; Deputado Teruo Kato como 1º Secretário.

Convido todos para ouvirmos o Hino Nacional do Japão, que será cantado pelo cantor Yuichi Oshima.

(É executado o hino)

Convido neste momento a Sra. Elizabeth Akemi esposa do Deputado Luiz Nishimori, que irá entoar o Hino Nacional Brasileiro.

(É executado o Hino Nacional Brasileiro)

Proponente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência tem a honra de conceder a palavra ao Exmo. Sr. Deputado Luiz Nishimori, Presidente da Liga Desportiva Paranaense e Aliança Cultural Brasil - Japão do Estado do Paraná, e autor da Lei nº 14434, que instituiu o Dia Estadual do Imigrante Japonês.

Deputado Luiz Nishimori (PSDB)

O SR. LUIZ NISHIMORI

(Nomina lista de autoridades)

(Lê:)

“Aos 18 de junho de 1908, quando atracava no porto de Santos o navio japonês Kasato Maru trazendo para o Brasil os primeiros 781 imigrantes do Japão, marcou-se, a data do início da história da imigração japonesa no Brasil.

Como aconteceu com todas as demais etnias que fincaram raízes nesta terra brasileira, os nossos imigrantes da Terra do Sol Nascente, foram também acolhidos pelos braços abertos nesta terra gigante e abençoada pela própria natureza.

A história dos nossos imigrantes japoneses foi escrita e registrada da mesma forma que a história de todos os povos que aqui chegaram eivada de muitos sonhos, de muito trabalho, de muita luta e de muita vontade de vencer.

Os nossos imigrantes, como todos os imigrantes e pioneiros, lutaram bravamente num trabalho de fé, esperança e de coragem, vencendo juntos, a mata alterosa e os obstáculos que surgiram em busca da conquista do ideal mais nobre que foi a implantação do progresso do nosso Brasil.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

No próximo ano estaremos comemorando 100 anos da imigração japonesa no Brasil, com grandes comemorações dentro do nosso país, e, principalmente para nós, no estado do Paraná.

Razões pelas quais estivemos, recentemente no Japão, com uma comitiva oficial, liderada pelo Governador Roberto Requião, com os Deputados Alexandre Curi, Caíto Quintana e Nereu Moura, o Secretário de Estado da Indústria e Comércio, e empresários dos vários setores da nossa economia, onde apresentamos os produtos do Paraná, visando o reaquecimento do mercado para o nosso comércio e nossa indústria, cujos resultados foram altamente positivos.

Levando, também, o convite especial para as autoridades japonesas participarem deste que será o mais importante evento para a comunidade, o Centenário da Imigração Japonesa, tendo recebido a confirmação de que no dia 22 de junho de 2008, estaremos recebendo membros da Família Imperial Japonesa, para participarem conosco dessa grande festa.

Em Rolândia - sede do Museu do Imigrante Japonês - onde situa o Museu e Memorial da Imigração e o Marco dos IMIN 70,80, e 90, reproduzindo o estilo de vida, seus hábitos e costumes, promovendo uma grande concentração da comunidade japonesa do Paraná e será inaugurado o Parque Temático no Paraná.

Sr. Presidente, como autor da Lei nº 14434, de 23 de junho de 2004, que *Instituiu o dia 18 de junho como o Dia do Imigrante Japonês no Paraná*, reafirmamos que o Centenário da Imigração Japonesa no Brasil será uma oportunidade única de reconhecer e agradecer aos imigrantes por tudo que fizeram e pelos frutos que estamos colhendo hoje.

Reconhecemos que a esperança e a coragem cultivada por eles, demonstraram sabedoria e coragem diante das enormes dificuldades que enfrentaram.

Presidente, caros companheiros e companheiras de trabalho. Hoje, 18 de junho, exatamente data em que se completam 99 anos da imigração japonesa aqui no Brasil,

resta-nos prestar uma justa homenagem àqueles que foram verdadeiros desbravadores.

Resta-nos buscarmos um momento de reflexão sobre o presente e o futuro, para orientar os rumos da comunidade nipo-brasileira que reside no Brasil.

E para terminar, esperamos que sempre esteja na nossa lembrança o espírito de bravura e coragem daqueles 781 imigrantes pioneiros que desembarcaram em 18 de junho de 1908, em Santos, e deram início à imigração japonesa no Brasil. Renovem a cada, as nossas esperanças e as nossas forças, para seguirmos no curso da história como exemplo de fé, coragem, determinação e dignidade para a juventude nipo-brasileira deste nosso querido Brasil!

Em nome da Aliança Cultural Brasil-Japão do Paraná, da Liga Desportiva Paranaense e das Associações Nipo-Brasileiras do Paraná, queremos expressar às autoridades deste estado, o nosso mais sincero agradecimento pelo empenho e pelo apoio na organização dessa comemoração do Dia do Imigrante Japonês.

Agradecemos aos membros da Mesa Executiva desta Casa, pela mobilização de ajuda, das Coordenadorias e Setores desta Casa para tornarem possível esta solenidade, aos meus colegas Parlamentares pelo apoio neste evento, em especial aos meus nobres parceiros: Deputado Teruo Kato e Deputado Rui Hara, que ombream conosco, na organização deste evento comemorativo do Dia do Imigrante Japonês.

E, com muita consideração, agradeço aos dignos representantes da honrada comunidade japonesa do Paraná que aqui estão representados neste momento; e a todos que trabalharam com dedicação, a todos que não mediram esforços para que esta comemoração se tornasse possível em plena segunda-feira.

Muito obrigado.”

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Neste momento, assistiremos uma apresentação artística com instrumentos típicos japoneses “shamisen”, executando as músicas: “Rokudan-no Shirabe” e “Tsugaru Jongara-Bushi”.

(Procede-se à apresentação artística)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência registra com satisfação, a presença do Cônsul Honorário da França, Joseph Galiano; do Dr. Kiyoshi Ishitani, Cônsul Geral da República das Filipinas, representando o Presidente da Sociedade do Corpo Consular; Dr. Luiz Celso Branco, Cônsul Honorário do Chile, também registramos a presença da Prefeita de Amaporã, Terezinha Fumiko Yamakawa.

Registro também correspondência enviada pelo Deputado Takayama que justifica a sua ausência e se alegra com o empenho e a preocupação demonstrada por esta Casa na proposição dos Deputados Luiz Nishimori, Rui Hara e Teruo Kato em relembrar deste evento, que

com certeza, foi um marco para o desenvolvimento do país.

O Deputado Alfredo Keffer também justifica e apresenta moções comemorativas a data.

Orador:

Passo a palavra, com muita honra, ao Exmo. Sr. Cônsul Geral do Japão, o Sr. Soichi Sato.

Sr. Soichi Sato - Cônsul Geral do Japão

O SR. SOICHI SATO

Exmo. Sr. Deputado Nelson Justus, Exmos. Srs. Parlamentares da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, senhoras e senhores:

(Lê):

“Primeiramente gostaria de expressar os meus sinceros agradecimentos ao Presidente desta Casa, Deputado Nelson Justus e aos Deputados Luiz Nishimori, Rui Hara e Teruo Kato, pela iniciativa para a realização desta solenidade em comemoração aos 99 anos da imigração japonesa no Brasil.

É para mim uma grande honra poder participar desta solenidade. Com muita satisfação, estarei relatando ao Governo do Japão a realização desta homenagem pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Passaram-se 99 anos, desde que o navio Kasato Maru chegou ao porto de Santos, trazendo os primeiros imigrantes japoneses. Transcorridos 99 anos, e já com o surgimento da 5ª geração de nikkeis, seu número estimado é de aproximadamente 1 milhão e 400 mil. Os nikkeis, embora sejam uma minoria, não chegando a atingir 1% da população brasileira, vêm contribuindo nas mais diversas áreas, não somente na agricultura como também na indústria, no comércio, na ciência, na justiça ou na política, entre outras. O Deputado Nishimori, o Deputado Hara e o Deputado Kato, sem dúvida, são um bom exemplo dessa atuação.

Não podemos esquecer que graças aos pioneiros imigrantes é que os descendentes, nisseis e sanseis, tiveram a oportunidade de atuar nos diferentes setores. Esses pioneiros não mediram esforços na educação de seus filhos, para que estes pudessem viver nesta sociedade como cidadãos brasileiros. Mesmo sacrificando suas vidas, esforçaram-se para que não faltasse aos seus filhos uma boa educação escolar. Podemos dizer que todo esse esforço foi recompensado.

Assim como a generosidade do povo brasileiro, abrindo as portas e acolhendo os imigrantes, seus filhos e netos, merecem uma menção especial. Por ser este Brasil que valoriza a diversidade cultural, com todas as etnias convivendo harmoniosamente, é que os nikkeis têm a liberdade de atuar nos mais variados campos de atividade. Quero aqui expressar meu agradecimento ao povo paranaense.

Como é do conhecimento dos senhores, no próximo ano estaremos comemorando o Centenário da Imigração Japonesa no Brasil. Ficaria muito feliz em poder contar com a colaboração do estado do Paraná para que o centenário venha a se tornar um acontecimento maravilhoso. Estou certo que a comunidade nikkei continuará a contribuir para o desenvolvimento da relação entre o Brasil e o Japão nos próximos 100 anos.

Gostaria de finalizar as minhas palavras, desejando saúde e prosperidade dos senhores deste estado e da comunidade nikkei do Paraná.

Muito obrigado.”

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero, em nome da Assembléia Legislativa, agradecer a todas as autoridades aqui presentes, ao Grupo Folclórico da Sociedade Cultural, bem como os demais presentes, os nossos Deputados, que compareceram e dignificaram, sem dúvida nenhuma, este Poder, por esses poucos minutos nesta tarde.

Após esta solenidade, convidamos os presentes para se dirigirem ao restaurante desta Casa de Leis, com acesso através dos elevadores do prédio do plenário, onde daremos sequência a essas comemorações.

Suspendo a Sessão por 5 minutos, para que possamos cumprimentá-los e prosseguir com a Sessão normal.

(Suspensa a Sessão)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Reaberta a Sessão, sob a presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Elton Welter e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin, passando a Sra. 2ª Secretária à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º, artigo 88 do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Reassunção de Cargo

Termo de reassunção do cargo de Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná pelo Exmo. Sr. Deputado Nelson Justus.

Aos dezoito dias do mês de junho de dois mil e sete o Exmo. Sr. Deputado Nelson Justus reassumiu na forma regimental, o cargo de Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o qual estava sendo exercido pelo Sr. Deputado Antonio Anibelli, 1º Vice-Presidente.

Eu, Abib Miguel, Diretor-Geral da Assembléia Legislativa do Estado, mandei lavrar o presente termo,

que após lido, vai devidamente assinado pelos Exmos. Srs. Deputados Nelson Justus e Antonio Anibelli.

Curitiba, 18 de junho de 2007.

(aa) NELSON JUSTUS
ANTONIO ANIBELLI

Mensagens

MENSAGEM Nº 020/07

Curitiba, 12 de junho de 2007.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando conferir, em conformidade com o preceito contido no artigo 27, inciso XVIII, da Constituição Estadual, à UEG Araucária Ltda., da qual a COPEL Empreendimentos S.A. e a Companhia Paranaense de Energia - COPEL são sócias cotistas, o regime jurídico de sociedade de economia mista.

A medida ora proposta é indiscutivelmente necessária e indispensável, não só porque decorre de efeitos emanados da execução da recente Lei nº 15129, de 24 de maio de 2006, que mereceu aprovação desta Casa de Leis, ao mesmo tempo em que atende providências reclamadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

No expediente protocolado sob nº 9.308.923-5, o Sr. Diretor-Presidente da COPEL fez a juntada de justificativa, onde está detalhadamente demonstrada a necessidade e oportunidade da adoção da medida ora proposta:

“A UEG Araucária Ltda. foi constituída em vinte e oito de abril de mil novecentos e noventa e oito, tendo como objetivo social a utilização do gás natural para transformação desse insumo em energia elétrica e sua conseqüente comercialização. A partir de janeiro de 2000, aquela empresa passou a ter como sócios El Paso Empreendimentos e Participações Ltda., com participação de 60% no capital da sociedade; Companhia Paranaense de Energia - COPEL, com 20% do capital da sociedade; e Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS, com 20% do capital.

A Lei Estadual nº 15129, de vinte e quatro de maio de dois mil e seis, autorizou o Poder Executivo a adquirir a totalidade das cotas do capital de El Paso Empreendimentos e Participações Ltda., detidas por Aquararine Power Holding e El Paso Energia do Brasil S/A, o que se deu por meio da COPEL Participações S/A. Ato contínuo, procedeu-se à alteração da denominação social de El Paso Empreendimentos e Participações Ltda. para COPEL Empreendimentos Ltda.

Como resultado final, a COPEL Empreendimentos Ltda. passou a deter 60% do capital da UEG Araucária Ltda., os quais, somados aos 20% já detidos pela Companhia Paranaense de Energia - COPEL, somam 80% do capital total da UEG Araucária Ltda. Os 20% restantes pertencem à Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS.

Tendo em vista a participação majoritária da COPEL no capital da sociedade, torna-se indispensável conferir-lhe a natureza jurídica de sociedade de economia mista, o que, por força do artigo 27, XVIII, da Constituição do Estado do Paraná, somente poderá ser feito mediante lei específica.

Ao mesmo tempo, proceder-se-á à transformação da sociedade por quotas de responsabilidade limitada em sociedade por ações, atendendo ao dispositivo constante do artigo 5º, III, do Decreto-Lei nº 200/67, que define sociedade de economia mista como a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei, para exploração de atividade econômica, sob forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertencem em sua maioria à união ou a entidade da administração indireta.

No âmbito do estado do Paraná, também a Lei nº 8485, de três de junho de mil novecentos e oitenta e sete, define sociedade de economia mista como uma sociedade por ações.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º É conferido à sociedade por cotas de responsabilidade limitada UEG Araucária Ltda., em cujo capital a Companhia Paranaense de Energia - COPEL e a COPEL Empreendimentos Ltda. detêm participação majoritária, o regime jurídico de sociedade de economia mista.

Parágrafo Único. Como sociedade de economia mista, a UEG Araucária Ltda. é dotada de personalidade jurídica de direito privado, mas submetida à fiscalização e controle do estado e ao regime próprio que lhe é estabelecido na Constituição do Estado do Paraná.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a promover, por intermédio da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, e/ou por quaisquer de suas subsidiárias integrais, a transformação de UEG Araucária Ltda. em sociedade por ações.

§ 1º As quotas de capital da sociedade serão convertidas em ações, mantendo-se a proporcionalidade de uma quota para cada ação.

§ 2º O Estatuto Social da sociedade deverá dispor, no mínimo, sobre:

I - sua função social e formas de fiscalização pelo estado e pela sociedade;

II - a sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários;

III - licitação e contratação de obras, serviços, compras e alienações, observados os princípios da administração pública;

IV - a constituição e o funcionamento dos conselhos de administração e fiscal, com a participação de acionistas minoritários;

V - os mandatos, a avaliação de desempenho e a responsabilidade dos administradores.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 021/07

Curitiba, 12 de junho de 2007.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar doação, ao município de Marmeleiro, do imóvel com 800 m², contendo edificação com 167,20 m², na R. Telmo Octávio Müller, nº 489, naquele município, conforme discrimina a Matrícula nº 6896, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Francisco Beltrão.

O plano de lei em referência consulta plenamente aos superiores interesses públicos, eis que o supracitado imóvel será destinado, exclusivamente, para funcionamento da Câmara de Vereadores do município donatário, estando expressamente contida no texto desta proposição que, caso seja destinado para outros fins, ocorrerá retorno do bem em referência ao patrimônio do estado.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao município de Marmeleiro, do imóvel com 800,00 m², contendo edificações com 167,20 m², na R. Telmo Octávio Müller, nº 489, nesse município, conforme discrimina a Matrícula nº 6896, do Registro de Imóveis da Comarca de Francisco Beltrão.

Art. 2º O imóvel em questão destina-se, exclusivamente, ao funcionamento da Câmara Municipal, retornando ao patrimônio do estado, caso lhe seja dado destino diverso.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios

Sob os n°s CTL/CC 107 e 139/07 do Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei n°s:

136/07: de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli que, altera a redação dos artigos 13 e 18, da Lei n° 12398 de 30 de dezembro de 1998 (Lei do Sistema de Seguridade Funcional do Estado do Paraná), o qual convertido em Lei, tomou o n° 15525. **Anote-se - Arquite-se.**

027/07: de autoria do Deputado Nelson Justus que, dispõe sobre o fornecimento, na rede de ensino, de merenda, diferenciada, para estudantes clinicamente considerados diabéticos, hipoglicêmicos e celíacos, o qual convertido em Lei tomou o n° 15537. **Anote-se - Arquite-se.**

Sob os n°s CTL/CC 108, 109, 110, 111, 113, 115, 117, 119, 121, 123, 125, 127, 129, 131, 133, 135 e 137/07 do Sr. Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil do Estado, comunicando que as Indicações Legislativas n°s 348, 360, 305, 318, 308, 316, 285, 355, 363, 362, 359, 346, 344, 341, 333, 336 e 331 respectivamente, foram encaminhadas ao órgão competente do Poder Executivo, a fim, de que sejam procedidas as análises do assunto versado. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n° CEE/CC 1035 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado em resposta ao pedido de informação, requerido pelos Deputados Valdir Rossoni, Elio Rusch, Ademar Traiano, Edgar Bueno, Rui Hara, Plauto Miró, Cida Borghetti, Antonio Belinati e Douglas Fabrício, que pedem esclarecimentos relativos ao Fundo de Desenvolvimento Urbano, em face da Lei n° 15211, de 16 de julho de 2006. **Ao conhecimento dos Srs. Deputados interessados.**

Sob o n° CEE/CC 1027 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Ney Leprevost, que pede esclarecimentos sobre os parâmetros parasitológicos no iodo caado da Estação de Tratamento do Esgoto Belém. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o n° CEE/CC 947/07 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Plauto Miró, que pede esclarecimentos sobre as obras do Hospital Regional de Ponta Grossa. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o n° CEE/CC 1022 e 1026/07 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado em resposta ao pedido de informações, requerido pela Deputada Rosane Ferreira, que pede esclarecimentos sobre os estudos e alternativas para substituição do aterro da Caximba. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o n° CEE/CC 1034 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado em resposta ao pedido de

informações, requerido pelos Deputados Valdir Rossoni, Plauto Miró, Douglas Fabrício, Rui Hara, Cida Borghetti, Edgar Bueno, Antonio Belinati, Ademar Traiano, Elio Rusch, que pedem esclarecimentos sobre os municípios que apresentaram os planos diretores de que trata o Estatuto das Cidades. **Ao conhecimento dos Srs. Deputados interessados.**

Telegramas

Do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional da Saúde para o Instituto da Saúde do Paraná, conforme segue abaixo:

- N° 000020/MS/SE/FNS - valor de R\$ 66.666,67 - com objeto de suprir a rede nacional de laboratórios de saúde pública com insumos e reagentes.

- N° 000033/MS/SE/FNS - valor de R\$ 30.491.043,86 - pagamento de gestão plena de sistema estadual (NOAS).

- N° 000034/MS/SE/FNS - valor de R\$ 107.800,00 - pagamento de centros de especialidades odontológicas.

- N° 000035/MS/SE/FNS - valor de R\$ 2.639.626,76 - pagamento de terapia renal substitutiva.

- N° 000041/MS/SE/FNS - valor de R\$ 5.262.706,53 - pagamento de programa de aquisição de medicamentos excepcionais.

- N° 000042/MS/SE/FNS - valor de R\$ 5.262.706,53 - pagamento de programa de aquisição de medicamentos excepcionais.

- N° 000043/MS/SE/FNS - valor de R\$ 269.330,70 - pagamento de teto financeiro de vigilância em saúde.

- N° 000044/MS/SE/FNS - valor de R\$ 2.875,00 - pagamento de sífilis.

- N° 000045/MS/SE/FNS - valor de R\$ 2.952,44 - pagamento de inibidor de lactação. **Ao conhecimento da Casa.**

Indicações

INDICAÇÃO N° 158/07

SÚMULA:

Autoriza o Poder Executivo a estadualizar a rodovia que liga o município Tibagi ao distrito de Porteira Grande.

Ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado dos Transportes.

Os Deputados Marcelo Rangel e Alexandre Curi sugerem ao Governador do Paraná e ao Secretário de Estado dos Transportes o seguinte:

1) Estadualizar o trecho da rodovia que liga o município de Tibagi ao distrito de Porteira Grande.

2) Justificativa:

É de suma importância para a região a estadualização da estrada que liga o município de Tibagi ao distrito de Porteira Grande. Deve-se ressaltar que com esta inici-

ativa estaremos beneficiando diversos habitantes da região, melhorando o trânsito dos munícipes, mas, sobretudo, oferecendo melhores condições para o escoamento da produção de diversos produtos.

Consubstanciado na certeza de que a administração pública em qualquer nível tem como meta e base o bem público, ensinamos os bons préstimos do Governo do Estado e da Secretaria de Estado dos Transportes, para desempenhar a conservação e a manutenção da estrada citada.

Sala das Sessões, em 18.06.07.

(aa) MARCELO RANGEL
ALEXANDRE CURI

INDICAÇÃO Nº 159/07

SÚMULA:

Aumento do efetivo de policiais militares para o município de Imbituva.

Ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública:

1) O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, sugere que seja aumentado o efetivo de policiais militares para o município de Imbituva.

2) Justifica-se tal Indicação, pelo fato de que estão aumentando significativamente problemas relacionados à segurança pública no município de Imbituva, sendo que o aumento do efetivo de policiais militares minimizaria os problemas gerados pela violência e traria segurança para os cidadãos que vivem no referido município.

Sala das Sessões, em 18.06.07.

(a) MARCELO RANGEL

INDICAÇÃO Nº 160/07

SÚMULA:

Pavimentação asfáltica na Avenida das Palmeiras, no município de Palmeira.

Ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes:

1) O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, sugere que seja realizada com máxima urgência, através da Secretaria de Estado dos Transportes, a pavimentação asfáltica na Avenida das Palmeiras, com extensão de 2,8 Km, no trecho que liga a BR-277 no Km 171 (Irati - Palmeira) a PR-151, no Km 387 (Palmeira- São Mateus do Sul).

2) Justifica-se tal Indicação, pelo fato que a referida pavimentação é sobremaneira importante para a ligação entre os referidos municípios e o município de Palmeira.

Sala das Sessões, em 18.06.07.

(a) MARCELO RANGEL

INDICAÇÃO Nº 161/07

SÚMULA:

Sugere a implantação da Delegacia Estadual de Crimes Cibernéticos.

Ao Sr. Governador do Estado do Paraná; ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública:

1) O Deputado que presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, sugere que seja implantada, através da Secretária de Estado da Segurança Pública, a Delegacia Estadual de Crimes Cibernéticos.

2) Justifica-se tal Indicação, pelo fato que a cada dia aumentam os crimes através da rede mundial de computadores - internet. É notório que vários são os paranaenses internautas que estão sendo lesados e infelizmente ficam desamparados sem saber a quem recorrer quando estes são cometidos, ficando a mercê desses criminosos virtuais, que em diversas vezes cometem seus crimes e não são punidos pela norma jurídica.

Sala das Sessões, em 18.06.07.

(a) MARCELO RANGEL

INDICAÇÃO Nº 162/07

SÚMULA:

Propõe a inclusão nos currículos escolares de ensino médio das escolas estaduais conteúdos sobre termos legislativos.

Sr. Secretário de Estado da Educação.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para propor o seguinte:

I - Que as escolas estaduais incluam em seus currículos conteúdos sobre termos legislativos.

II - A pertinência da proposição reside na ampliação do conhecimento de nossos jovens, podendo despertar interesse e motivá-los a tornarem-se cidadãos conscientes, ativos e participantes do processo legislativo de suas cidades, do estado e da nação.

III - Tal pleito visa, ainda, atender a sugestão recentemente encaminhada pelo Poder Legislativo de Campo Mourão, por proposição do Vereador Carlos Antonio Izidoro Koch, aprovado por unanimidade naquele plenário.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar nossa mais elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 18.06.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 163/07

SÚMULA:

Solicita a instalação de uma Universidade Pública Estadual, no município de São José dos Pinhais.

À Exma. Sra. Lygia Pupatto, Secretária de Estado da Ciência e Tecnologia.

O Deputado Ney Leprevost dirige-se à Sra. Secretária para solicitar o seguinte:

1) Seja instalada uma Universidade Pública Estadual no município de São José dos Pinhais.

2) Justificativa:

Tal solicitação se faz necessária, pois, conforme relatado no ofício anexo, de autoria do vereador Tarcísio Klettemberg, São José dos Pinhais necessita urgentemente de uma Universidade Pública, por todos os fatores e razões expostas pelo nobre edil.

Sala das Sessões, em 18.06.07.

(a) NEY LEPREVOST

INDICAÇÃO Nº 164/07

SÚMULA:

Solicita a construção de uma quadra poliesportiva, no município de Piraquara.

Ao Exmo. Sr. Luiz Fonte Neto, Secretário Estadual de Desenvolvimento Urbano.

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Sr. Secretário para solicitar o seguinte:

1) Seja construída, uma quadra poliesportiva, em terreno a ser doado pela Prefeitura Municipal de Piraquara.

2) Justificativa:

Tal solicitação se faz necessária, ante o pedido do Sr. Ernani Winter, Assessor de Esportes do município de Piraquara, que relatou a necessidade de uma quadra esportiva para a comunidade local.

Sala das Sessões, em 18.06.07.

(a) NEY LEPREVOST

INDICAÇÃO Nº 165/07

SÚMULA:

Solicita que seja nominada uma rodovia estadual como Rodovia Mário Marcondes Lobo.

Ao Exmo. Sr. Rogério Walbach Tizzot, Secretário Estadual dos Transportes.

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Sr. Secretário para solicitar o seguinte:

1) Seja denominada, uma rodovia estadual, de Rodovia Mário Marcondes Lobo.

2) Justificativa:

Tal solicitação se faz tendo em vista a súbita perda do advogado Mário Marcondes Lobo, que faleceu aos 63 anos, em Curitiba. Profissional exemplar, casado com Sonia Regina Fatuche, pai dedicado de 2 filhos, estabeleceu-se em Paranaguá, onde advogou com o denodo que somente os grandes juristas vocacionados possuem.

Foi também importante figura pública na cidade de Paranaguá, tendo sido Procurador do município, onde ocupou a função de Diretor-Jurídico, além de ter exercido o cargo de Secretário da Administração e Negócios Jurídicos, por diversos períodos.

Destaque também no cenário estadual, ocupou a Superintendência dos Portos de Paranaguá e Antonina, a presidência da SERLOPAR, a coordenação da Força-Tarefa do Litoral e foi competente Assessor Especial do Governador, atuando em inúmeras causas de interesse do

estado, sendo inclusive Coordenador dos Conselhos de Política Automotiva e do Setor Sucro-Alcooleiro.

Por todo esse histórico de serviços prestados ao Paraná, justa a homenagem proposta ao grande paranaense que foi Mário Marcondes Lobo, cuja memória poderá ser perpetuada com a denominação de um logradouro público ora proposta.

Sala das Sessões, em 18.06.07.

(a) NEY LEPREVOST

Designações

DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa os Srs. Deputados Nelson Justus, Alexandre Curi, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Plauto Miró, Durval Amaral, Caíto Quintana, Luiz Claudio Romanelli, Elton Welter, Duílio Genari, Waldyr Pugliesi, Fábio Camargo, Marcelo Rangel, Ademar Traiano e Ribas Carli Filho, para representar esta Casa de Leis nos dias 19 a 20 de junho de 2007, na cidade de Brasília/DF.

Sala das Sessões, em 18.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS

ALEXANDRE CURI

LUCIANA RAFAGNIN

DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa o Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida, para representar esta Casa de Leis no V Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, nos dias 18, 19, 20 e 21 de junho, na cidade de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 18.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS

ALEXANDRE CURI

LUCIANA RAFAGNIN

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1707

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, que seja realizada Sessão Solene para entrega do Prêmio Jovem Empreendedor, na data de 07 de novembro de 2007, às 18h, no plenarinho.

Sala das Sessões, em 18.06.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Estaremos realizando a Sessão Solene, para prestar uma justa homenagem desta Casa aos jovens empreendedores, que têm alcançando destaque em suas áreas de atuação em nosso estado.

REQUERIMENTO Nº 1720

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, que seja realizada Sessão Solene para entrega do Prêmio Líder Metropolitano, no plenarinho, na data de 26 de setembro de 2007, às 18h.

Sala das Sessões, em 18.06.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Estaremos realizando a Sessão Solene, para prestar uma justa homenagem aos líderes metropolitanos, a fim de propor uma maior integração deste Parlamento com os diversos segmentos que envolvem a região metropolitana.

REQUERIMENTO Nº 1721

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, que seja realizada Sessão Solene comemorativa ao Dia do Médico, na data de 18 de outubro de 2007, às 17h, no plenarinho.

Sala das Sessões, em 18.06.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

No dia 18 de outubro, comemoramos o Dia do Médico. Comemora-se também nesta data o dia de São Lucas, padroeiro desses profissionais.

Estaremos realizando a Sessão Solene, para prestar uma justa homenagem aos profissionais que com dedicação cuidam da saúde do próximo, salvando vidas.

REQUERIMENTO Nº 1729

Senhor Presidente:

Solicita o encaminhamento à Mesa Executiva REQUERENDO a realização de Sessão Solene no dia 10 de dezembro de 2007, em homenagem ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em razão da comemoração do Dia da Justiça.

Sala das Sessões, em 18.06.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

REQUERIMENTO Nº 1695

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação no douto Plenário, seja concedido o horário do Grande Expediente, na terça-feira, dia 26 de junho, para o Presidente do CREA/PR - Engenheiro Álvaro J. Cabrini Júnior.

Sala das Sessões, em 18.06.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Contaremos com a participação do Presidente do CREA/PR - Conselho Regional de Engenharia, Arquite-

tura e Agronomia do Estado do Paraná, Engenheiro Agrônomo - Álvaro J. Cabrini Júnior, que fará uma breve explanação sobre as preocupações com as questões ambientais, em especial o fornecimento de água e tratamento de esgoto.

REQUERIMENTO Nº 1725

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, SOLICITA que seja autorizada a reserva do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 02 de julho de 2007, onde será tratada a questão dos faxinalenses.

Sendo o que se apresenta para o momento renovarmos protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 18.06.07.

(a) PEDRO IVO

REQUERIMENTO Nº 1735

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a votação nominal para o Projeto de Lei nº 068/07, item 02 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 18.06.07.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 1737

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a votação nominal para o requerimento de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que convida o Sr. Fábio Campana para comparecer nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 18.06.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 1722

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores e proprietários de residências no balneário Saint Etienne - município de Matinhos, que pedem, em regime de urgência, policiamento nesse balneário. Ocorre que há um assaltante que já arrombou várias residências no local e que vem agindo livremente, causando muita preocupação para toda a comunidade, principalmente para as pessoas que não residem e têm propriedades naquele balneário.

Sala das Sessões, em 18.06.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1692

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Jan Strasburger.

Requer ainda, que seja dada ciência a família enlutada, através de correspondência a ser encaminhada à R. Amazonas, 421 - Vila Estrela - CEP 84040-160 - Ponta Grossa/PR

Sala das Sessões, em 18.06.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO N° 1693

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Romeu de Almeida Ribas, ex-Prefeito do município de Ponta Grossa.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Vicente Machado, 411 - Centro - CEP 84010-000 - Ponta Grossa/PR

Sala das Sessões, em 18.06.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO N° 1708

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado para posteridade, na ata dos trabalhos da Sessão Legislativa de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Milton Tavares da Silva, ocorrido no último dia 31 de maio, no município de Londrina.

Sala das Sessões, em 18.06.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO N° 1723

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Cândida da Silva, nesta capital. Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 18.06.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1699

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja registrado na ata dos trabalhos da presente Sessão, votos de congratulações pela passagem dos 99 anos da imigração japonesa no Brasil.

Sala das Sessões, em 18.06.07.

(a) RIBAS CARLI FILHO

JUSTIFICATIVA:

O primeiro navio de trabalhadores vindo do Japão, o Kasato Maru, chegou em 1908 ao porto de Santos, a 85 km de São Paulo.

A viagem, que durou 52 dias, fazia parte do acordo imigratório estabelecido entre Brasil e Japão. A embarcação trouxe do porto de Kobe os 781 primeiros imigrantes, que vieram para trabalhar nas lavouras paulistas.

No Paraná, as primeiras colônias japonesas foram fundadas no litoral e no planalto de Curitiba, mas o grande reduto de japoneses é o norte, principalmente em Londrina, Assaí, Maringá e Cambará.

Sendo assim, os imigrantes japoneses contribuíram não só para o enriquecimento do país com seu trabalho, mas também com a sua cultura.

São 99 anos de tradição japonesa mistura à nossa cultura brasileira.

REQUERIMENTO N° 1706

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Sr. Gilmar Raquelle.

Sala das Sessões, em 18.06.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Gilmar Raquelle, empresário, proprietário do Restaurante Raquelle, localizado no município de Guaratuba, pela qualidade gastronômica e o atendimento de excelência que presta aos seus clientes.

REQUERIMENTO N° 1712

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Dr. Hiran Alencar Mora Castilho, Diretor do Hospital Santa Rita, de Maringá, pelo trabalho social realizado, patrocinando bolsas de estudos para os respectivos funcionários.

O investimento no desenvolvimento pessoal dos funcionários mostra a visão arrojada do hospital, que é hoje modelo em Maringá e região.

O Hospital Santa Rita - Associação Bom Samaritano - também realiza trabalho importante de responsabilidade social, ofertando creche aos seus funcionários.

A atuação da associação é exemplo de respeito à comunidade e merece o reconhecimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 18.06.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1713

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Sr. Rodrigo Barrozo, Diretor do Jornal do Estado, com votos extensivos a toda equipe daquela importante empresa, em razão dos 24 anos do Jornal do Estado.

O trabalho sério realizado pelo Jornal do Estado e a confiança da população curitibana, conquistada ao longo dos anos, merece o reconhecimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 18.06.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1714

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao jornalista Franklin Vieira da Silva, Diretor do jornal O Diário, bem como a Patrícia Vieira da Silva, Diretora da Rádio Cultura AM, enviando-lhes voto de congratulações, em razão da comemoração do aniversário dos 2 veículos de comunicação.

O jornal O Diário oferece informações à comunidade de Maringá e região há 33 anos, enquanto a Rádio Cultura AM participa da vida dos maringaenses há 56 anos.

São veículos de comunicação imprescindíveis para Maringá e região, sobretudo em razão do trabalho competente e sério realizado, merecendo a homenagem da Assembléia Legislativa do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.06.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1727

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, adiante firmado, facultado pelas suas prerrogativas regimentais, REQUER ao Plenário desta Casa Legislativa que se digne a aprovar a inserção nos Anais da Plenária do dia de hoje, de efusivas congratulações à equipe de bolão AACC/Marechal Cândido Rondon, da cidade de Marechal Cândido Rondon, neste estado, pela conquista do Campeonato Brasileiro da modalidade, no último dia 10 de junho, na cidade de Guarantã, no estado do Mato Grosso.

Atletas Campeões: Ricardo Chapla, Oilson Gilnei Tischer, Rogério Eloi Kerber, Felicio Jorge Warken, Asterio Raupp, Helio Timóteo da Cruz, Romeu Backes, Jair Benke, Sérgio Benites, Carlos Boeno (Carlão), João Carlos Vargas (Joãozinho), Nilton dos Santos (Preto).

Técnico: Cláudio Brugnago.

Assistentes: João Kühl, Valdir Schmitd, Paulo Foster.

A Assembléia Legislativa do Paraná, se assim entender o seu corpo legislativo, por este Deputado, rende a sua efusiva homenagem aos atletas e equipe técnica pelo expressivo título conquistado, ao mesmo tempo em que renova votos de largo sucesso nos novos certames que, porventura, vierem a disputar e que continuem colhendo grande satisfação pessoal na prática da modalidade esportiva escolhida.

Caso aprovada a presente proposição, requer-se que da decisão seja dada ciência, via correspondência dirigida a cada jogador e a cada membro da equipe técnica, para o seguinte endereço: R. Minas Gerais, 844 - CEP 85960-000, Marechal Cândido Rondon-PR.

Sala das Sessões, em 18.06.07.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1709

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Orides Aparecido Vieira.

Sala das Sessões, em 18.06.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao empresário da cidade de Senegés/PR, pelo espírito empreendedor e referência na conduta profissional com que trata seus parceiros e funcionários, mostrando-se como um empresário de grande responsabilidade e comprometimento com a comunidade.

REQUERIMENTO Nº 1718

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao jornalista e professor Danilo Costa Côrtes, da ESSEI - Escola Superior de Estudos Empresariais e Informática.

Sala das Sessões, em 18.06.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao jornalista e professor Danilo Costa Cortes, da ESSEI - Escola Superior de Estudos Empresariais e Informática, em reconhecimento a sua contribuição para a educação, nesta ocasião especial da sua aposentadoria, marcada pela comemoração dos 21 anos de fundação desta conceituada instituição de ensino.

REQUERIMENTO Nº 1719

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Sr. José Heriberto Micheleto.

Sala das Sessões, em 18.06.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. José Heriberto Micheleto, Diretor-Executivo da Rádio Banda B, em reconhecimento ao seu trabalho e dedicação frente a esta importante rádio.

REQUERIMENTO Nº 1710

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando a duplicação da BR-116, no trecho entre o bairro Pinheirinho em Curitiba e Fazenda Rio Grande.

Sala das Sessões, em 18.06.07.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

Faz-se necessário tal obra frente ao fluxo de veículos que utilizam esta via.

REQUERIMENTO Nº 1694

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Rogério Tizzot - Secretário de Estado dos Transportes, solicitando com a máxima urgência providências em relação a sinalização necessária (olho de gato) na rodovia PR-151, no trecho que liga o município de Ponta Grossa ao município de Palmeira.

Requer ainda, que se dê ciência ao Prefeito Municipal de Ponta Grossa, Câmara Municipal de Ponta Grossa, Prefeito Municipal de Palmeira e Câmara Municipal de Palmeira.

Sala das Sessões, em 18.06.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 1711

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à SANEPAR, solicitando relatório das obras realizadas ou a serem realizadas pela empresa PAVIBRAS, e a cópia do edital de licitações com o memorial descritivo das obras, a qual foi vencedora para execução destas no estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 18.06.07.

(a) OSMAR BERTOLDI

REQUERIMENTO Nº 1730

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. jornalista Fábio Campana, convidando para comparecer à Assembléia Legislativa. Por se tratar de uma pessoa conceituada, experiente e ciente dos trabalhos da Secretaria da Comunicação Social, poderá contribuir com informações aos Deputados sobre a atuação da Secretaria.

Sala das Sessões, em 18.06.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 1696

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, valendo-se de suas competências regimentais, SOLICITA informações, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado expediente ao Sr. Secretário de Estado da Comunicação Social, para que este forneça informações acerca das seguintes questões:

1) O sinal do Canal 48 de TV na cidade de Campo Mourão está sendo explorado? Em caso afirmativo, informar a quem compete sua recepção e retransmissão. Em caso negativo, informar se há previsão de instalação de equipamentos para retransmissão.

2) É exigida a autorização do Ministério da Comunicação e da ANATEL para as retransmissoras? As empresas que pactuam a retransmissão deste sinal, Canal 48, têm esta autorização?

3) É permitido pela TV Educativa PT que essas empresas de retransmissão de sinal produzam programação local?

4) É permitido pela TV Educativa que estas empresas comercializem espaços publicitários ou institucionais na grade de programação retransmitida?

5) A formalização das parcerias com as retransmissoras obedecem aos preceitos da Lei nº 8666/93?

Diante do presente, certo de que com respeito à atuação deste Parlamentar, receberemos o quanto antes as respostas necessárias ao esclarecimento da questão, agradeço antecipadamente.

Ainda aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 18.06.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

REQUERIMENTO Nº 1717

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, ao Dr. Nestor Baptista, Presidente do egrégio Tribunal de Contas do Estado, informar se no âmbito da administração pública estadual existe aplicação de recursos na modalidade de cartão de crédito corporativo para utilização por servidores públicos. Em caso afirmativo, informar quais os órgãos ou entes da administração

pública que adotam esse sistema para pagamento de suas despesas e se o Tribunal de Contas acompanha e faz análise do mérito das despesas procedidas. Por fim, informar sobre a regularidade das mesmas e se já foi feita alguma restrição ou recomendação por parte do Tribunal às suas autoridades ordenadoras das despesas realizadas através de cartões de crédito.

Sala das Sessões, em 18.06.07.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, DUÍLIO GENARI, ELIO RISCH, DURVAL AMARAL, OSMAR BERTOLDI, MARCELO RANGEL, VALDIR ROSSONI, ADEMAR TRAIANO, ANTONIO BELINATI, PLAUTO MIRÓ e EDGAR BUENO.

Projeto de Resolução

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 015/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Fica a Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná autorizada a ceder, sob convênio, os profissionais da área médica do Quadro Próprio do Poder Legislativo para as escolas públicas estaduais e municipais.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.06.07.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

Com a mudança estrutural do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa, os profissionais da área da saúde estão em disfunção profissional e seriam muito bem aproveitados na rede de ensino público estadual e municipal, levando mão de obra qualificadas em benefício da sociedade paranaense.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 438/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º É denominada de Professor Elzeário Pitz, a escola estadual, localizada na R. São José dos Pinhais, Bairro Novo, Curitiba.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.06.07.

(a) PROFESSOR LUIZÃO

JUSTIFICATIVA:

Elzeário Pitz.

Nascido em Maratá, município de Porto União, Santa Catarina, a 03 de julho de 1966, filho de família de pequenos lavradores, veio a residir em Curitiba em 1967. Filho de Maria Pitz e Júlio Pitz, tinha 6 irmãos: Sérgio Pitz, Cláudio Pitz, Terezinha Pitz, Salete Pitz, Mário Pitz e Osmar Pitz.

Foi irmão religioso da Congregação Lassalina entre 1988 a 1990, morando no Distrito Federal e Curitiba. Formado em História pela Universidade Federal do Paraná e pós-graduado na área.

Casado com Regina Chiminello Pitz e pai de 2 filhos: Gustavo Pitz e Maria Luiza Pitz.

Professor de História na rede municipal de ensino de Araucária e da rede estadual de educação (PR). Lecionou, até o ano de 2003, no Centro Tecnológico Industrial, em Araucária e na Faculdade Arquidiocesana de Filosofia, na Capital.

Exerceu função de Diretor-Auxiliar na Escola Estadual Iara Bergman, no bairro Ganchinho.

Em sua trajetória marcante, como professor da rede pública e privada, teve sua vida profissional destacada por nobres qualidades, dentre as quais, a de ter sido sempre um professor amigo, com exaustiva dedicação aos alunos, colegas de trabalho, bem como, com os trabalhos que se propôs a desenvolver, não só como professor, mas como um incansável lutador pela melhoria da qualidade de vida das pessoas menos favorecidas.

Esteve também sempre envolvido nas lutas sociais com participação ativa nos movimentos sociais da cidade.

Como educador, era conhecido pela sua alegria e inteligência, tendo sido um disciplinado e profundo estudioso da história da humanidade.

Faleceu prematuramente, aos 37 anos, no dia 17 de junho de 2003, em acidente automobilístico, no bairro Umbará, quando seguia à casa de amigos, depois de um intenso dia de trabalho, pedir solidariedade a atividades da escola onde lecionava.

Na Escola foi sempre um incentivador da organização dos professores, alunos e comunidade e se esmerava em formar cidadãos críticos e conscientes da construção de uma nova sociedade, fraterna e sem desigualdades. Um de seus sonhos foi realizado logo após o seu falecimento: a criação de uma escolinha de futebol para os alunos da Escola Estadual Iara Bergman, em período de contraturno escolar. Em sua homenagem, o Grêmio Estudantil e a Escolinha de Futebol levam também o seu nome.

Em razão de sua história de vida, a comunidade, os amigos e sua família consideram esta uma justa homenagem a alguém que será sempre lembrado pelo companheirismo, alegria e sua luta incessante em contribuir na construção da cidadania plena de homens e mulheres, crianças, jovens e adultos.

PROJETO DE LEI Nº 439/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o parágrafo 3º, do artigo 1º da Lei nº 13216, de 10 de abril de 2001, que criou o Programa Cidade Para Todos, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“§ 3º A prioridade na remoção e adaptação das barreiras arquitetônicas serão: bancos, hospitais, secretarias estaduais e municipais, centros de saúde, escolas, universidades, casas de espetáculos, restaurantes, centros comerciais, supermercados, hotéis, ruas e logradouros públicos.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.06.07.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Quando da elaboração da Lei nº 13216, de 10 de abril de 2001, que criou o programa de remoção de barreiras arquitetônicas ao portador de deficiência “Cidade Para Todos”, o autor da proposição, o nobre Deputado Cesar Seleme esqueceu um estabelecimento que é muito procurado pelo portador de deficiência, os bancos.

Nos estabelecimentos bancários, o portador de deficiência encontra inúmeros impedimentos quando vai receber seus vencimentos, aposentadoria ou benefícios oficiais.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

LEI Nº 13126

Publicado no Diário Oficial nº 5964
de 10 de abril de 2001

Art. 1º “Cria o programa de remoção de barreiras arquitetônicas ao portador de deficiência: Cidade para Todos”, através da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano, com participação da iniciativa privada que receberá incentivos fiscais para tanto.

(...)

§ 3º A prioridade na remoção e adaptação das barreiras arquitetônicas serão: hospitais, secretarias estaduais e municipais, centros de saúde, escolas, universidades, casas de espetáculos, restaurantes, centros comerciais, supermercados, hotéis, ruas e logradouros públicos.

(...)

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 21.03.01.

(a) HERMAS BRANDÃO

Presidente

PROJETO DE LEI Nº 440/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 9804, de 12 de novembro de 1991, que declarou de utilidade pública a Associação Formação do Menor Carente - Militares de Cristo de São Carlos do Ivaí, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Formação da Criança e do Adolescente de São Carlos do Ivaí, com sede no município de São Carlos do Ivaí e foro no município de Paraíso do Norte.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.06.07.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de alterar a denominação da entidade declarada de utilidade pública pela Lei nº 9804, de 12 de novembro de 1991, que declarou de utilidade pública a Associação Formação do Menor Carente - Militares de Cristo de São Carlos do Ivaí, atendendo deliberação da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada no dia 10 de janeiro de 2007.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 441/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Concede título de Cidadã Honorária Paranaense a Dra. Elisabeth Kather, Meritíssima Juíza de Direito da Comarca de Loanda.

Art. 2º A solenidade de entrega da homenagem decorrente desta Lei será realizada no Cine Teatro Guanabara, na cidade de Loanda em data a ser designada pela Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.06.07.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Todo o servidor do poder público que atue em qualquer das suas áreas nominadas executiva, legislativa ou judiciária, não e nunca deveria ser aquinhado com alguma benesse homenageatória.

Eis que para cumprir suas funções, ele, o servidor, é pago pelo estado para desempenhá-las.

E é pago recebendo a parcela que lhe cabe mediante a ação arrecadatória do estado junto aos tributados cidadãos, as empresas urbanas ou rurais, todos estes entes, os verdadeiros sustentáculos do seu progresso e do seu desenvolvimento.

Mas, amigas e amigos companheiros desta legislatura, há que se respeitar exceções de regra.

E elas são muitas: conheço e todos nós conhecemos, concordem comigo, milhares e milhares de funcionários do povo, sérios, dedicados e por isso merecedores de todos os nossos mais sinceros aplausos.

E eles se esparramam por aí:

As turmas do DER nas margens das nossas estradas capinando, limpando valetas e conservando nossos caminhos; as turmas das nossas Polícia Civil e Militar, com loas mil para os nossos bombeiros, sacrificando-se ao máximo dentro das suas possibilidades para oferecer segurança à nossa gente; ao pessoal da COPEL subindo em postes em meio às chuvosas madrugadas para restabelecer fornecimento de energia a uma casa de um vizinho nosso; o pessoal da SANEPAR cavando valetas para levar água e esgoto nos mais longínquos lugares do estado; os médicos e agentes de saúde cumprindo devotadamente suas obrigações; nas salas de aula, a presença dos nossos professores responsáveis pela evolução educacional dos nossos filhos, auxiliados por calejados serventes; os extensionistas da EMATER e o povão da nossa SEAB, mais suas vinculadas, continuamente apresentando resultados crescentes de ganho no campo.

E juntem-se a eles os funcionários da nossa Secretaria do Meio Ambiente, mais os seus colegas da SUDERHSA e do IAP, zelando por um futuro não nosso, mas dos nossos netos.

São tantos e tantos, muitos deles obscuros e desconhecidos que são - os chamados heróis anônimos - que penso serem poucas as páginas para abrigar cada um.

A todos e a cada um, o registro da gratidão de cada vivente deste torrão.

Faço esse intróito, para pedir a todos os meus companheiros Deputados, dos quais me comprazo com alguns por longa vivência e com outros pelo brilhantismo com o qual enobrecem, num 1º mandato ainda, a confiança dos seus eleitores, e para rogar às minhas colegas Deputadas que honram as mulheres paranaenses representando-as condignamente nesta Casa, a aprovação deste projeto de concessão de título de Cidadania Honorária para uma funcionária pública, a Juíza Elisabeth Kather, titular da comarca de Loanda.

No meu costumeiro andejar por todos os cantos do nosso noroeste, palmilhando sítios cobertos de cafezais numa região, de canaviais, noutra, de pastagens aqui, de laranjais ali, de mandiocais, abacaxizeiros e coqueiros acolá, mais soja, mais milho, mais algodão, converso com muita gente.

Percorro sempre - como tantos colegas outros - cidades e vilas do nosso interiorzão.

E adentro granjas e fábricas de móveis, oficinas de carros leves e de máquinas pesadas e abraço gente que mexe com curtumes e lidam com os derivados de mandioca, estranhando ainda o corre-corre nas unidades transformadoras de cana.

E deparo com ônibus e vans carregando estudantes daqui pra ali, dali pra acolá.

É um verdadeiro formigueiro humano, embalado pela cantiga duma ou outra cigarra.

Peregrino por aí também pelas barrancas e ilhas do nosso Paranazão, adentrando numa manhã para um café à casa de grande empresário que me mostra projeto para incentivação do turismo na Ilha do Óleo Cru. Duas horas depois, comendo uma lingüiça feita lá na Graciosa dos Catarinenses, temperada com bastante pimenta no rancho carinhoso da dona Raimunda e do seu Francisco, lá no meu bairro do Vai Quem Quer, do Icatu, dos Três Morrinhos, da Relíquia do Norte, de Santa Esmeralda, de Ivaina, dos Três Ranchos, da Vila Leoni. Bucho cheio, preparo-me para mais à tardinha ouvir a queixa de um Prefeito pelo não atendimento para a recuperação de ponte caída no seu município.

E foi assim, andejando, caminhando e peregrinando que me entusiasmei para o encaminhamento desse projeto de lei de concessão de título de Cidadã Honorária para a mulher-Juíza, Dra. Elisabeth Kather.

E foi assim, andejando, caminhando e peregrinando que ouvi lá em Querência, lá em Monte Castelo, lá em Porto Rico, lá em São Pedro do Paraná e em Loanda, rogos para a sua consagração como cidadã paranaense. E rogos que partem de gente preta, de gente branca, de gente amarela. E rogos que partem de fazendeiros, de sitiantes, de chacreiros, de bóias-frias. E rogos que partem dos comerciais e de comerciários; dos professores e dos estudantes; dos profissionais liberais e dos que os assistem; do frentista do posto de gasolina e do seu proprietário.

Sugestões duns e doutros, católicos, protestantes, espíritas e até ateus porque não, numa verdadeira mostra de ecunemismo.

E então, lhes pergunto, caríssimos companheiros: tamanha unanimidade em torno da apresentação deste plano de lei? Unanimidade nascida das suas vivências nas comarcas de Altônia, Primeiro de Maio, todas saudosas da sua presença. Unanimidade constatada no seu reconhecimento como Cidadã Honorária dos municípios jurisdicionados pela Comarca de Loanda, todos eles: São Pedro do Paraná, Porto Rico, Monte Castelo e Querência do Norte.

E foi observando, que vi na Dra. Elisabeth Kather, uma expoente diferente da nossa magistratura, não apenas dedicada ao exercício das funções, mas devotada também as causas sociais.

Dum lado as lides forenses praticadas com lisura, perfeccionismo exagerado até. Doutro lado, a mulher-

Juíza preocupada com a carência de cuidados especiais das crianças das nossas APAE. Doutro lado, a mulher-Juíza preocupada com os rumos e desrumos dos nossos jovens, com os desconfortos dos nossos presos, aqueles mesmos por ela sentenciados, mas nem por isso esquecidos quanto à garantia dos seus direitos, como humanos que são.

De Maragareth Thatcher, a outrora Dama de Ferro inglesa, para Elisabeth Kather, a hoje mulher-Juíza de Loanda pontifica uma diferença: a de que a nossa endurece, mas não perde a ternura! Ternura manifestada no seu apego a causas comunitárias, encabeçando movimentos para a melhoria do Tiro de Guerra, da Associação dos Alcoólicos Anônimos. Ternura no oferecimento da sua atenção para com o pessoal da idade dourada.

Concluo a justificativa desta proposta, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, entendendo que o sim de cada um de todos os Srs. e Sras. Parlamentares, representa também um voto de louvor desta Casa para com toda a magistratura paranaense, sobejamente representada pela mulher-Juíza Elisabeth Kather.

PROJETO DE LEI Nº 442/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a doar, ao município de Colorado, uma área de terras com 602,74m2 constante do lote nº 2 da quadra nº 65-A, situada no referido município, conforme matrícula nº 6889, às fls. 50 do Livro 3J do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Colorado, a qual deverá ser utilizada para a construção de um Centro de Uso Múltiplo para abrigar departamentos de atendimento ao cidadão.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.06.07.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O imóvel objeto do presente de lei já pertencia ao município de Colorado, o qual fez doação ao estado do Paraná para que o prédio ali edificado pudesse abrigar a Agência de Rendas local.

Entretanto, atualmente, o prédio não possui mais condições de habitabilidade, restando apenas escombros.

A Prefeitura Municipal de Colorado pretende construir na referida área um Centro de Uso Múltiplo, para abrigar departamentos administrativos de atendimento ao cidadão, à exemplo de SANEPAR, DETRAN e outros, razão pela qual pretende-se autorizar o estado a doar a mencionada área ao município.

PROJETO DE LEI Nº 443/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Dia do Rio Ivaí, a ser comemorado, anualmente, no dia 21 de abril.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.06.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

Historicamente a colonização do interior brasileiro contou muito com o uso dos rios para se avançar na ocupação de terras, com surgimento de rotas de acesso que facilitaram, entre outros, o comércio e o surgimento de cidades.

Os rios, por razões estratégicas, muitas vezes foram ou são solicitados como fonte de energia através da instalação de usinas hidrelétricas.

Cabe também registro a importância dos rios que em seus vales e respectivas bacias oferecem atrativos turísticos que podem, via organização, ser transformados em produtos turísticos.

No Paraná, a RETUR - Rede de Turismo Regional, com sede em Maringá, vem dedicando especial atenção ao Rio Ivaí com o Projeto de Regionalização do Turismo denominado Corredor do Ivaí.

Esta iniciativa, implementada a partir de 2006, já agrega 11 municípios, onde lideranças municipais são qualificadas como Agentes de Desenvolvimento pelo Turismo, recebendo apoio técnico na institucionalização do setor e mobilização de empreendedores para prestação dos serviços em suas localidades.

No trabalho de inventariação, foi cadastrado o evento Rally Fluvial de Vila Rica do Espírito Santo, cuja 1ª edição ocorreu em 21 de abril de 1997.

Este empreendimento, idealizado e coordenado por Rubens Vasconcelos Calixto, visou resgatar a história do nosso hoje Paraná, com a realização de uma expedição com a rota fluvial Corumbataí, Ivaí e Paraná, utilizada pelos espanhóis para fundação, no século XVI, da cidade espanhola de Villa Rica del Espiritu Santo, junto a foz do Rio Corumbataí.

Este tesouro da ocupação de nossas terras, se não fosse a iniciativa do Rally, continuaria repousando nos livros e documentos históricos.

Através do Rally Fluvial o rio Ivaí foi colocado em evidência, mediante um visionário projeto que associou: história, esporte, preservação ambiental e turismo.

A primeira expedição durou 3 dias e meio, com o trajeto de 350 quilômetros, passando por 31 municípios.

Foram realizadas outras edições e pretende-se, em outubro do corrente ano, retomar a realização do referido evento.

Propõe-se assim avançar no processo de valorização histórico-cultural-ambinetal do rio Ivaí com a criação do Dia Estadual do Rio Ivaí, a ser comemorado com força de lei sempre no dia 21 de abril de cada ano, tendo como referência a data de partida dos navegantes que participaram da 1ª Expedição do Rally Fluvial de Vila Rica do Espírito Santo.

A preocupação com nossos recursos hídricos e proteção da biodiversidade nos aponta para uma agenda estratégica de valorização dos rios.

O rio Ivaí, o segundo maior rio paranaense, percorre 685 quilômetros, banhando 43 municípios. Tendo como diferencial o fato de correr solto devido a inexistência de barragens e usinas hidrelétricas.

O compromisso intergovernamental vincula ações progressivas para promover o desenvolvimento regional, através da gestão compartilhada nas respectivas bacias hidrográficas.

A formação da cultura do rio depende muito da organização dos defensores e amigos do rio, bem como de práticas educacionais preferencialmente realizadas em parcerias.

Sabemos que o rio para continuar vivo requer cada vez mais da cidadania o cultivo de amor e proteção como ente vital da natureza.

Já temos o dia 24 de novembro como o dia do Rio.

O que se quer agora é uma data específica dedicada ao rio Ivaí, pois os enfoques devem respeitar a realidade local/regional que abriga necessidades, interesses e sonhos.

Vendo agora o rio Ivaí também com os olhos do turismo regional, isto contribuirá em muito, pois se sabe que as estruturas turísticas não podem prosperar sem os vínculos com a sustentabilidade, o que já garante aliados decisivos nos processos de revitalização e preservação.

Com a lei estadual, o Dia do Rio Ivaí, a ser comemorado sempre no dia 21 de abril, contribuirá para:

- valorizá-lo através do calendário de datas importantes;
- institucionalizar nas agendas das escolas e faculdades que integram a bacia do Rio Ivaí, a programação de eventos e campanhas educativas;
- despertar na mídia o espaço para alertas sobre os perigos do assoreamento, da poluição, bem como das condições das nascentes e afluentes;
- conscientizar a opinião pública sobre as práticas eco-rurais de interação com o rio e seus entornos;
- valorizar o rio como elemento de integração entre diferentes microregiões;
- despertar as oportunidades para municípios com visão de territórios, onde o instrumento de união será o próprio Ivaí; e
- projetar a imagem dos municípios integrados em novos territórios, mostrando as riquezas culturais, ambientais e produtivas.

PROJETO DE LEI Nº 444/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º As prefeituras do estado do Paraná ficam obrigadas, desde que a documentação esteja em conformidade com o solicitado, a realizar as vistorias necessárias para renovação do alvará para bares, restaurantes ou similares, até 30 (trinta) dias após a data do início do processo.

Parágrafo Único. Caso não seja atendido o disposto no artigo 1º desta lei, o bar, restaurante ou similar receberá alvará de funcionamento provisório até que o processo seja concluído.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.06.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto visa não interromper a atividade dos bares, restaurantes e similares na renovação do alvará, visto que os prazos de vistoria das prefeituras acabam não atendendo a necessidade dos estabelecimentos.

O alvará provisório não interfere nas vistorias, apenas dá às prefeituras um prazo maior para que as vistorias sejam executadas com atenção necessária, não interrompendo a atividade do estabelecimento.

PROJETO DE LEI Nº 445/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto Santa Luzia, com sede e foro no município de Maringá.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.06.07.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

O Instituto Santa Luzia foi fundado em 18 de novembro de 1991 e tem por objetivo a promoção da assistência social, promovendo programas de proteção à saúde da família, prestando assistência médica (exames imagenológicos), atendimento de nutricionista e medicina alternativa.

A atividade do instituto possibilita às famílias de baixa renda amplo acesso às causas de proteção e manutenção da saúde.

São atendidas em média 30 pessoas por mês e esses atendimentos podem ser ampliados em função da demanda.

Há assistentes sociais que fazem a triagem e encaminhamento dos cidadãos atendidos no Instituto Santa Luzia.

O trabalho do Instituto Santa Luzia merece o reconhecimento desta Assembléia Legislativa, conferindo-lhe o título de utilidade pública estadual.

PROJETO DE LEI Nº 446/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Programa Estadual para Identificação e Tratamento da Dislexia em toda a rede oficial de ensino.

Parágrafo Único. Compreende-se por rede oficial as escolas públicas estaduais, municipais e as que recebem subvenções dos Governos Municipal, Estadual ou Federal.

Art. 2º O Programa Estadual para Identificação e Tratamento da Dislexia objetiva fazer o diagnóstico precoce do distúrbio, o encaminhamento e o acompanhamento do tratamento do aluno.

Art. 3º Para a execução da presente lei, a Secretaria de Estado da Educação promoverá o treinamento de professores, capacitando-os para diagnosticar os sintomas da dislexia nos alunos da rede oficial.

Art. 4º Os municípios celebrarão convênios com as Secretarias de Estado da Educação e da Saúde para capacitação dos professores, de modo a oferecer assistência psicopedagógica especial ao aluno com dificuldade.

Art. 5º As Secretarias de Estado da Educação e da Saúde atuarão conjuntamente para estabelecer as linhas de ação deste programa e, inclusive, garantir o tratamento ao aluno.

Art. 6º As Secretarias de Estado da Educação e da Saúde regulamentarão a presente lei de forma a assegurar a implementação do programa nela previsto a partir do ano letivo de 2008.

Art. 7º Para a execução desta lei as secretarias envolvidas se utilizarão dos recursos próprios previstos em orçamento.

Art. 8º Esta lei entra em vigor a partir sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.06.07.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A literatura médica aponta que entre 15 e 20% da população é dislexica, ou seja, tem dificuldades no apren-

dizado (razão pela qual ela se manifesta mais intensamente nos bancos escolares). A legislação para garantir os direitos dos disléxicos é esparsa e abstrata, pois a lei trata de deficientes, enquanto a dislexia é tida para muitos como uma dificuldade e não deficiência.

Em regra, as crianças com dislexia têm um tratamento marginal, pois sua dificuldade é confundida com preguiça ou indisciplina.

As crianças com dislexia e dificuldades correlatas (disgrafia, dislalia e discalculia) devem merecer atenção especial do poder público. Os educadores têm que estar preparados para conviver, compreender e ajudar estas crianças, que acabam sentindo vergonha de sua dificuldade. Dislexia não significa falta de inteligência e tampouco que o futuro desta criança está comprometido.

O sintoma aparece com maior evidência a partir da segunda série do ensino fundamental. Quando não há o diagnóstico e, por consequência, o suporte psicopedagógico, há o risco de agravar a dislexia, condenando, aí sim, a criança a ampliar suas dificuldades sociais e de aprendizado.

Pelo exposto, é que apresento o presente projeto de lei e peço guarida aos meus Pares. Uma vez aprovado, sancionado e levado a efeito, o presente projeto se constituirá numa ferramenta eficiente para assistir a um grande contingente de crianças com as dificuldades expostas.

PROJETO DE LEI Nº 447/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O inciso I do artigo 4º da Lei nº 10671/93 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º - *omissis*...

“I - a inspeção florestal prestada a imóveis rurais localizados em áreas protegidas por leis específicas e imóvel com área de até 2 (dois) módulos fiscais, quando residência fixa do contribuinte.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.06.07.

(a) PEDRO IVO

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição visa sanar impropriedade da Lei nº 10671/93, que isenta de taxas ambientais os agricultores na forma que especifica. O termo módulo rural constante da redação original do referido diploma não é preciso, vez que cada município do Paraná possui uma medida para o módulo rural que leva em conta vários itens tais como produtividade, aproveitamento do solo, topografia etc. Essa imprecisão na definição de módulo praticamente gera dúvidas e inviabiliza a aplicação da lei por parte do órgão ambiental. Uma forma de racionalizá-la e torná-la aplicável em todo o estado é a substituição

do termo módulo rural, por módulo fiscal, usado pelo INCRA para calcular o ITR.

PROJETO DE LEI Nº 448/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criado o Conselho Estadual dos Direitos do Negro do Paraná - CEDINE - Paraná, órgão público normativo, paritário, deliberativo, fiscalizador, competente para desenvolver estudos, propor medidas e políticas voltadas à comunidade negra, visando a valorização e reconhecimento da participação histórica da comunidade negra enquanto agente social de produção de conhecimento, riqueza e preservação das tradições negro-africanas calcados em marcas civilizatórias anteriores ao processo de escravização, como forma de eliminar o racismo, e suas manifestações xenofóbicas de discriminação dessa população.

Parágrafo Único. O Conselho Estadual dos Direitos do Negro do Paraná - CEDINE - Paraná integrará a estrutura organizacional básica da Casa Civil do Estado do Paraná.

Art. 2º Compete ao Conselho Estadual dos Direitos do Negro do Paraná - CEDINE - Paraná:

I - formular políticas públicas que promovam a cidadania da população negra e igualdade nas relações sociais de homens e mulheres negros, prestando assessoria aos órgãos do poder público e, entidades organizadas ligadas ao movimento negro, emitindo parecer e acompanhando a elaboração de programas e projetos desenvolvidos pelo poder público;

II - promover a articulação e integração dos programas de governo, nas diversas instâncias da administração pública direta e indireta, no que concerne às políticas públicas pela igualdade de direito e oportunidade para a população negra;

III - implementar e monitorar políticas públicas comprometidas com a superação dos preconceitos, discriminação e desigualdades que atingem o povo negro, desenvolvendo ações integradas e articuladas com o conjunto das instituições governamentais e entidades do movimento negro, bem como de toda a sociedade civil devidamente constituída;

IV - acompanhar e fiscalizar a legislação em vigor, exigindo seu cumprimento;

V - acompanhar e divulgar os trâmites dos projetos de lei que dizem respeito à condição do negro na esfera do Congresso Nacional, da Assembléia Legislativa, das Câmaras Municipais do Estado do Paraná;

VI - propor a adoção de medidas normativas para modificar ou derrogar leis, regulamentos, usos e práticas que constituam discriminações contra os negros e negras, na esfera municipal, estadual, federal e internacional;

VII - promover intercâmbio e firmar protocolos com organismos públicos ou privados, nacionais ou internacionais, com a finalidade de implementar o Programa de Ação do Conselho Estadual dos Direitos do Negro do Paraná - CEDINE - Paraná;

VIII - estimular a criação dos conselhos municipais da população negra, objetivando a efetivação das normas, princípios, regimento interno e diretrizes estabelecidas pela política estadual direcionada à comunidade negra;

IX - manter articulação permanente com organizações do Fórum Estadual das Entidades do Movimento Negro;

X - contribuir para o fortalecimento da população negra através de ações voltadas para a capacitação do negro e da negra;

XI - receber e acompanhar as denúncias e queixas de violações de direitos humanos individuais e coletivos, que envolvam questões raciais, assegurados na Constituição Federal e Estadual;

XII - a elaboração de seu regimento interno;

XIII - estabelecer diretrizes, apreciar e aprovar a aplicação dos recursos orçamentários do Fundo do Conselho Estadual dos Direitos do Negro do Paraná - FUNCEDINE - Paraná;

XIV - definir os critérios de destinação dos recursos financeiros públicos destinados à comunidade negra;

XV - publicar no Diário Oficial do Estado do Paraná as contas do Fundo do Conselho Estadual dos Direitos do Negro do Paraná - FUNCEDINE - Paraná, recorrendo também à utilização de outros meios para a divulgação de suas ações, posições, decisões e demais informações que julgar necessárias, garantindo a sua gratuidade de publicação;

XVI - praticar os demais atos necessários que oficialmente lhe foram atribuídos;

XVII - assessorar e incentivar política e tecnicamente os projetos apresentados pelas entidades do movimento negro;

XVIII - criar sistema de comunicação (jornal, site, peças publicitárias), com a finalidade de divulgação das ações desenvolvidas pelo Conselho.

Parágrafo Único. Todos os órgãos estaduais de administração direta ou indireta, por força desta lei, devem reconhecer e garantir a participação do CEDINE na elaboração de programas e políticas voltadas à população negra.

Art. 3º O Conselho Estadual dos Direitos do Negro do Paraná - CEDINE - Paraná integrará a estrutura organizacional básica da Casa Civil do Estado do Paraná, que será composta dos meios necessários ao exercício de suas atribuições a ser definida por decreto, sem prejuízo de inserção e colaboração das demais secretarias.

Art. 4º Integrarão a estrutura do CEDINE, 11 titulares e 11 suplementares, representantes de entidades da

sociedade civil, de comprovada atuação na defesa da comunidade negra, de acordo com os critérios estabelecidos pelo regimento interno do Conselho, e 11 titulares e 11 suplentes representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, incluindo o Ministério Público Estadual, sendo obrigatória a presença de um representante da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, na titularidade, garantindo a participação das demais secretarias.

Art. 5º A Secretaria Executiva será dirigida por Secretário-Executivo, designado pelo Chefe da Casa Civil do Estado do Paraná, dentre nomes componentes de uma lista tríplice apresentada pelo Fórum das Entidades Negras.

Art. 6º O CEDINE contará com apoio material, técnico, operacional e financeiro da Casa Civil do Estado do Paraná.

Art. 7º Todos os membros do Conselho terão mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

Art. 8º A eleição dos Conselheiros representantes da comunidade negra far-se-á em Conferência Estadual, a realizar-se a cada 2 anos.

Parágrafo Único. Poderão participar da Conferência Estadual, entidades do Movimento Negro que tenham atuação voltada para a luta contra a discriminação racial, pela valorização da cultura e religiosidade afro-brasileira.

Art. 9º As funções de membro do Conselho não serão remuneradas, sendo consideradas como serviço público relevante. As despesas de transporte, alimentação e hospedagem serão custeadas pelo Conselho.

Art. 10. Fica criado o Fundo do Conselho Estadual dos Direitos do Negro do Paraná - FUNCEDINE - Paraná, administrado pelo Conselho e destinado a gerir recursos para financiar as atividades do CEDINE - Paraná, assim constituído:

I - dotação consignada no orçamento do estado para a assistência social voltada à comunidade negra;

II - doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;

III - rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capitais;

IV - outros recursos que lhe forem destinados.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.06.07.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

Os avanços alcançados através do desenvolvimento das tecnologias nos mais variados campos e setores da vida humana demonstram que vivemos um outro tempo. Entretanto, é público e notório que esses avanços,

tudo esse desenvolvimento, contempla pequeníssima parcela das pessoas que habitam o planeta.

Ao iniciar-se o século XXI as desigualdades se aprofundam a cada segundo: aumenta a violência urbana e rural, a fome e a miséria, as doenças, o desemprego, a falta de moradia.

Para os africanos tanto em África como na diáspora, esta realidade não é nada mais nada menos que a continuidade do processo histórico implementado a partir da consolidação do capitalismo, responsável pela estruturação de um sistema excludente e racista de exploração das riquezas materiais, culturais e humanas.

As civilizações africanas, no momento das invasões européias ao seu continente, tiveram interrompido seu processo de desenvolvimento. Graças à sua visão de mundo, suas formas de manter as tradições e o respeito à liberdade, além dos conhecimentos desenvolvidos, puderam reorganizar-se e lutar contra a perversidade imposta pelas ideologias racistas implantadas por este sistema.

Inúmeras conquistas foram alcançadas desde a busca da liberdade na organização dos quilombos, as revoltas contestando o sistema que explorava (e ainda hoje explora) sua mão-de-obra, a desconstrução do mito da democracia racial, a denúncia sobre a farsa da Lei Áurea, a inclusão do 20 de novembro na agenda nacional em homenagem a Zumbi e os/as quilombolas, as mudanças nos currículos hoje aprovada em lei federal, as pesquisas e inclusão nos serviços de saúde sobre anemia falciforme, entre outras.

Porém, os desafios permanecem. O combate ao racismo é uma responsabilidade coletiva, o qual deve contar com a participação de toda a sociedade, pois, apesar das conquistas já apontadas, ainda vivemos um quadro de exclusão generalizada, uma vez que todos os setores sociais são permeados pelo preconceito e discriminação.

Neste sentido, a realidade do povo negro-africano no Paraná não se diferencia de outras localidades brasileiras em termos de exclusão e racismo, seja pela precariedade dos postos de trabalho, pela invisibilidade e desrespeito na educação formal que ignora e omite sua participação histórica na produção das riquezas materiais e culturais, conhecimento e formas de resistência, no atendimento à saúde, no desemprego, na ausência de políticas públicas de promoção da igualdade e de infraestrutura nas periferias.

O estado do Paraná encontra-se entre os primeiros no ranking da exploração do trabalho infantil e das crianças que sobrevivem dos lixões. O trabalho escravo vem em ordem crescente no estado, retratando a desumanidade imposta aos afro-descendentes uma vez que, ao sermos uma população em torno de 24% dos paranaenses, por conta do racismo e da exclusão, vivemos em maior número nessas condições.

Quanto à educação formal e à saúde não existem dados oficiais no sentido de apresentar com maior fidedignidade a realidade do povo negro nessas áreas, care-

cendo assim de pesquisas que justifiquem propostas de políticas públicas de combate ao racismo e para a promoção da igualdade tão necessária e importante para a consolidação da democracia.

Tem-se, diante do acima exposto, o entendimento de que torna-se urgente a criação do Conselho, enquanto espaço democrático de participação popular, órgão capaz de formular políticas e construir condições concretas de participação da comunidade negra, bem como propor políticas públicas que promovam de fato a igualdade e o fim da discriminação.

Ao conquistarmos em Durban, na Conferência Internacional da ONU, a caracterização do crime de lesa-humanidade impetrado contra o povo negro e a premência incontestável do combate a todas as formas de discriminação, intolerância e xenofobia, vemos a criação do Conselho, na forma da lei, como uma das prioridades para a efetiva promoção da igualdade.

O Conselho que se visa criar com este projeto de lei já está instituído nos estados do Rio de Janeiro (Lei nº 3730, de 13 de dezembro de 2001), Mato Grosso do Sul (Lei nº 702, de 12 de março de 1987) e Mato Grosso (Lei nº 786, de 09 de dezembro de 2000).

PROJETO DE LEI Nº 449/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibida a cobrança de consumação mínima em bares, danceterias, restaurantes, casas noturnas e afins no estado do Paraná, salvo se disponibilizada ao cliente a opção pelo pagamento de ingresso.

§ 1º O valor da consumação mínima será integralmente deduzido da conta oriunda de despesas realizadas pelo cliente, na data do pagamento da consumação.

§ 2º Os estabelecimento não poderá impor limites quantitativos para consumo nos produtos ofertados ao cliente, para efeito da dedução prevista no parágrafo anterior.

Art. 2º O valor pago pelo ingresso não gera direito a deduções nas despesas realizadas pelo cliente.

Art. 3º O estabelecimento comercial só poderá exigir a consumação mínima, como forma de acesso ao local, se o cliente não optar pelo pagamento de ingresso.

Parágrafo Único. O estabelecimento deverá fixar na parte externa e/ou de acesso de fácil visibilidade para os clientes, os valores referentes ao ingresso e à consumação mínima, como também, os valores dos produtos comercializados.

Art. 4º O Poder Executivo designará o órgão municipal competente que será o responsável pela fiscalização nos estabelecimentos comerciais, como bares, restaurantes, danceterias, casas noturnas e afins.

Art. 5º Fica revogada a Lei nº 14684, de 04 de maio de 2005, por ferir o que prega a Constituição Federal, além de ser inconstitucional ela tenta disciplinar de forma abrangente o direito do consumidor.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.06.07.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

É de se admirar que nenhuma entidade acionou a Justiça contra a Lei nº 14646/05, que aqui solicito o apoio aos nobres Pares deste Legislativo para revogá-la, pois ela incide em erro, além de sua inconstitucionalidade, a qual tenta disciplinar de forma abrangente o direito do consumidor e ainda pelos seguintes aspectos:

1 - PRERROGATIVAS CONSTITUCIONAIS

A livre iniciativa e a liberdade econômica estão previstas na Constituição, sendo que a intervenção estatal deve ser exceção, quando há deturpação na atividade econômica, como por exemplo, supressão da concorrência, tentativa de enganar o consumidor etc. Não tem sentido a intervenção quando a concorrência no mercado é violentíssima, a ponto de 80% dos estabelecimentos não durarem 2 anos de vida e quando essa concorrência se exerce entre 5 mil estabelecimentos na cidade e região metropolitana e, 20 mil no estado, onde não mais que 100 na cidade e não mais que 50 em todo o interior, usa esse tipo de proposta. (Restam 4 mil 900 para o cliente escolher).

2 - DIREITO E REMUNERAÇÃO DO INVESTIMENTO

Um cidadão só se torna empreendedor e investe suas economias no mercado quando as condições do mesmo e inclusive a legislação lhe permitem, obter retorno. Para obter retorno tem que ter clientes que paguem pelos serviços que presta, pelo valor desses. Portanto, nada mais justo que um empreendedor preveja em suas atividades um valor mínimo que cada cliente deve pagar, e ele deve cobrar, para ter sucesso no empreendimento.

3 - DIREITO ADQUIRIDO

A lei estadual não pode atentar contra o direito adquirido. Note-se que isto só traz insegurança jurídica, que os governantes de todos os níveis insistem em ser contra verbalmente. Se alguém empreendeu sob determinadas leis, não pode ver seu empreendimento prejudicado de tal forma por leis posteriores, que podem levá-lo à falência.

4 - PREJUÍZOS À FAZENDA

O fechamento de estabelecimentos se dá por falta de retorno ou lucros e isto prejudica não só os investidores, mas os clientes, a sociedade, o turismo e até a Fazenda/Fisco, e duplamente: porque ela não receberá mais tributos e porque poderá ser condenada a indenizar o investidor por impor leis posteriores, inviabilizando o empreendimento feito sob leis em vigor anteriormente.

5 - PREJUÍZOS AOS CLIENTES, À ECONOMIA E INUTILIDADE DA LEI

A lei não tem utilidade, eis que ela não proíbe nem pode proibir a cobrança de ingresso, o que só prejudica o consumidor, ao contrário de que pretendem os empresários que cobram consumação mínima. Prejudicará a economia se os estabelecimentos não conseguirem alguma forma de compensação, pois algumas das que cobram consumação estão entre as que mais atendem turistas. Prejudicam os clientes, pois se estes vão a um desses estabelecimentos é porque, evidentemente, eles oferecem melhor relação custo-benefício do que os concorrentes. Os clientes que gostam de bares com serviços mais sofisticados também perderão, pois bar algum pode oferecer serviços sofisticados sem cobrar pelos mesmos. Deste ponto de vista, a lei é inócua.

6 - PREJUÍZOS À ATIVIDADES TURÍSTICAS E AO EMPREGO

Todas as pesquisas feitas sobre turismo no país chegam a uma mesma conclusão: os bares são as atrações mais procuradas e melhor avaliadas pelos turistas nas cidades. As piores avaliadas, conforme pesquisa EMBRATUR, são seguranças, limpeza, sinalização e trânsito. O estado não pode prejudicar os estabelecimentos que dão satisfação a seus clientes e aos turistas.

A nova lei apresentada devolve ao consumidor o direito de opção, não lhe restringindo este direito constitucional para adentrar no estabelecimento que praticam esta modalidade.

PROJETO DE LEI Nº 450/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam autorizados os bares, boates, danceterias, casas de show e similares no estado do Paraná, a oferecer a seus clientes a opção de transformar os valores cobrados a título de ingresso ou de entrada em consumo de produtos dentro dos estabelecimentos.

Parágrafo Único. A opção de reverter em consumo deverá ser tratada entre cliente e estabelecimento no momento da entrada.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.06.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

JUSTIFICATIVA:

A presente lei tem como objetivo dar mais uma opção de escolha ao cliente que frequenta os bares, boates, danceterias, casas de show ou similares.

Muitos estabelecimentos do estado têm o interesse em transformar o que cobra de entrada dos clientes em consumo no local, o que beneficia o cliente que vai consumir.

Fica claro que não estarão induzindo os clientes ao consumo, visto que será uma opção para as pessoas que desejarem consumir.

PROJETO DE LEI Nº 451/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica a Polícia Militar do Estado do Paraná autorizada a prestar serviços de apoio na segurança em shows e espetáculos realizados no estado.

Parágrafo Único. Entende-se por apoio a segurança, para efeitos desta lei, a ação aos arredores dos locais onde se realiza o evento, com viaturas e homens conforme necessidade exigida.

Art. 2º Para a efetivação do disposto no artigo 1º desta lei, o pedido deverá ser feito no batalhão responsável pelo local, e pagamento de taxa a ser estipulada pelo órgão competente.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.06.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

JUSTIFICATIVA:

O projeto visa assegurar a segurança pública nos dias de shows e eventos quando solicitado pelos, organizadores.

A Polícia Militar fará ações para garantir a tranquilidade das pessoas que frequentam o local, mas principalmente aos moradores da região.

Temos notado muitos problemas e reclamações dos moradores que estão aos arredores dos bares, boates, casas noturnas e similares, e com esta ação teríamos mais segurança e tranquilidade para os mesmos.

PROJETO DE LEI Nº 452/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a reduzir a alíquota de ICMS sobre a produção de vinhos no estado do Paraná, de 27% para 18% pelo período de 04 (quatro) anos, prorrogável a seu critério.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.06.07.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Atualmente, a alíquota de vinho no estado do Paraná é de 27%. O estado do Rio Grande do Sul já pratica uma alíquota diferenciada de 17%.

A Associação Paranaense de Supermercados - APRAS, já encaminhou sugestão nesse sentido à Secretaria de Estado da Fazenda, a qual corroboramos através de indicação legislativa nesta Casa, a qual tomou o nº 117.

Trata-se de medida que objetiva incentivar o consumo do produto e o desenvolvimento de indústrias locais, inclusive gerando novos empregos.

Sendo assim, encaminhamos o presente projeto de lei autorizando o Poder Executivo a reduzir a alíquota de ICMS sobre os vinhos, contando com o apoio dos nobres Pares para sua aprovação.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Horário das Lideranças: PMDB, PTB; PDT; PSDB.

(Todas declinam)

Democratas: com a palavra o Deputado Elio Lino Rusch.

Liderança dos Democratas: Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Uso o horário da Liderança dos Democratas para falar sobre um assunto que talvez seja um dos mais importantes do momento político em que vivemos: tratar-se da TV Educativa do Estado do Paraná.

Primeiro, Srs. Deputados, temos que entender o que é a TV Educativa. A Constituição do Estado do Paraná, a qual teve o Deputado Caíto Quintana como Relator, nos seus Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, em seu artigo 24, diz o seguinte: *O estado implementará emissora de televisão de caráter educativo e cultural, vinculado à Secretaria de Estado da Cultura, devendo sua programação dar prioridade à produção e à difusão dos valores culturais paranaenses.*

Pois bem, Srs. Deputados! O que é a TV Educativa do Estado do Paraná? A Televisão do Estado do Paraná foi criada ainda no Governo Álvaro Dias, acredito que no último ano, em 1990. Até bem pouco tempo atrás ela era usada como uma TV Educativa, uma TV de informação e uma TV cultural. Pois bem Sr. Presidente, Deputado Nelson Justus! O que a TV Educativa está fazendo hoje no estado do Paraná?

A sua missão, praticamente quase que com exclusividade, é promover a imagem do Governador e não divulgar os atos do Governo. O Governador Roberto Requião usa a TV Educativa para se promover, usa a TV Educativa para agredir a imprensa do estado do Paraná, usa a TV Educativa para atingir os outros canais de televisão do nosso estado, usa a TV Educativa para atingir e agredir os jornais do nosso estado do Paraná. O Governador Roberto Requião usa a TV Educativa para transmitir

ao vivo as “escolinhas” que acontecem nas terças-feiras, usa a TV Educativa para reprisar a “escolinha” das terças-feiras de manhã do Governador Roberto Requião.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputado, entendemos que a TV Educativa deveria seguir os moldes da TV Cultura de São Paulo. A Fundação Padre Anchieta é mantenedora da TV Cultura no nosso vizinho estado. Lá sim se usa a TV Cultura para informação, para educação e para divulgação cultural e a divulgação dos valores do seu estado. Aqui no Paraná acontece exatamente o contrário.

E o que precisamos fazer aqui na Assembléia?

O Sr. Caíto Quintana (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

V. Exa. seguramente coloca uma questão que é bastante discutida sistematicamente.

Eu só queria dizer, Deputado Elio Lino Rusch, que a “escolinha” de Governo foi uma das grandes iniciativas do Governador Requião e espero que continue em novos Governos, porque é muito comum no Executivo, a Secretaria de Agricultura, por exemplo, não saber aquilo que está fazendo a Secretaria do Meio Ambiente e esta não sabe o que está fazendo a Secretaria dos Transportes e hoje não há mais administração que possa ser seccionada sem que as pessoas se conheçam. Qual foi o objetivo de criação da “escolinha” de Governo? Que os Secretários de Estado, que os Diretores das Secretarias, que os Chefes de órgãos, de autarquias e empresas públicas pudessem relatar aquilo que está fazendo na sua Secretaria para que as demais Secretarias tomassem conhecimento. Além disto, trazer pessoas - e isto tem acontecido - trazer pessoas que possam falar de temas nacionais para orientação dos nossos Secretários e até mesmo dos ouvintes da TV Educativa.

Portanto, Deputado, é um direito de V. Exa. discordar da utilização da TV Educativa, mas a TV Educativa tem se postado hoje como um instrumento de poder, de poder expor à opinião pública ataques nem sempre verdadeiros que o Governo também recebe. E não é a figura do Governador Roberto Requião - o que se usa na Escola de Governo são assuntos do Governo do Estado do Paraná, que hoje é administrado pelo Governador Roberto Requião.

Então, só queria colocar isto para que não se descaracterize a “escolinha” de Governo, que é uma grande iniciativa, merecedora de inúmeros elogios que ouvi até hoje, de outras pessoas, de outros estados que aqui vêm e acham que a Escola de Governo mostra aquilo que o estado está fazendo.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Deputado Caíto Quintana, concordo no sentido do Governador instituir a “escolinha” às terças-feiras, mas V. Exa. mesmo disse: “Usa-se a ‘escolinha’ para que uma Secretaria possa mostrar para outra Secretaria o que está fazendo”. Nessa parte, olha, 100% certo, mas ele não

pode usar a “escolinha”, Deputado Caíto Quintana, para atingir e agredir os seus oponentes políticos! Ele usa a “escolinha” às terças-feiras para agredir politicamente os adversários! Ora, se o Governador quer fazer uma “escolinha” para uma Secretaria mostrar para a outra o que está fazendo, reúna os Secretários, reúna as pessoas às terças-feiras para eles, mas não use a TV Educativa para jogar no ar, transmitir para a população inteira aquilo que o Governador gostaria e quer transmitir e não permite que seus oponentes o façam!

Aqui na Assembléia Legislativa, Deputado já foram agredidos na “escolinha”, Senadores já foram agredidos na “escolinha”! O que era para ser, Deputado Caíto Quintana, uma “escolinha” de uma Secretaria mostrar para outra Secretaria, o que seria a “escolinha” das terças-feiras, usa-se para agredir! Então faça a sua “escolinha”, fala as suas reuniões semanais, diárias ou mensais, como ele queira fazer, e uma secretaria diz para a outra o que está fazendo, mas não podemos aceitar calados! A TV Educativa nunca foi usada em momento nenhum, nem pelo Governo Álvaro Dias, nem pelo Governador Requião, no seu 1º mandato, nem pelo Governador Jaime Lerner, agora quem está usando a TV Educativa, politicamente, é o Governador Roberto Requião! Por isso, dizemos que a TV Educativa, que agora está me filmando neste momento, espero que eles ponham no ar exatamente as nossas críticas também e não divulguem apenas aquilo que interessa ao Governo do Paraná!

Por essa razão, nós aqui na Assembléia Legislativa não temos competência para entrar com um pedido de informações para o Ministério das Comunicações, mas vamos encaminhar, sim, um documento, e que se torne público, Srs. Deputados, quem quiser assinar o ofício pode. Oposição ou Situação, pedir aos Deputados do Paraná que integram a Comissão das Comunicações da Câmara Federal, alguns questionamentos que devemos fazer ao Ministério das Comunicações, porque entendemos que a Constituição do Estado do Paraná está clara, a Constituição do Brasil está clara no que regulamenta exatamente o que quer dizer uma TV Educativa, uma TV cultural ...

O Sr. Caíto Quintana (PMDB)

Espero que não seja censura prévia.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Não, em absoluto, censura prévia quem está fazendo é o Governador Roberto Requião, que não permite que seus opositores usem esse canal de televisão! Aliás, por censura prévia daria até para fazer um paralelo entre Hugo Chávez, que fecha a TV que não fala a sua linguagem e o próprio Governador Requião já disse e publicou isso que ele é um admirador do Hugo Chávez. A diferença é que aqui no Paraná se usa uma TV cultural, uma TV Educativa com fins políticos, promoção pessoal e lá na Venezuela se fecha a TV que não fala de acordo

com a linguagem do Governador, é essa a diferença, mas os 2 são amiguinhos.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Com a palavra Professor Luizão.

Liderança do PT: Deputado Professor Luizão

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Boa-tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso o horário da Liderança do PT para relatar o seminário que realizamos no último dia 15, na Câmara Municipal de Curitiba, sobre as condições de trabalho e a saúde dos educadores em parceria com a Câmara Municipal de Curitiba, Vereador Pedro Paulo e o Sindicato Núcleo Sul da APP-Sindicato e o Sindicato dos Professores de Ensino Superior.

Nesse evento, contamos com alguns especialistas, advogado trabalhista, Vice-Presidente do Sindicato dos Professores de Ensino Superior, Roberto Ruiz, médico do trabalho e perito do INSS de Florianópolis; Nanci Ferreira, especialista em saúde do trabalhador e assessora do SindSaúde; Osny Batista, Mestre em Ciências da Educação e representante das Secretarias Municipal e Estadual de Educação. O encontro contou com a presença de aproximadamente 300 profissionais da área de educação, tanto do ensino municipal, estadual e alguns professores do ensino superior.

Pudemos constatar que, embora seja um assunto pouco conhecido, identificamos que existem muitos professores com problemas de saúde como: bursite, tendinite, problemas de voz, hipertensão, diabetes, problemas de pele, cansaço mental, pânico de sala de aula, sistema nervoso alterado, baixa auto-estima, falta de interesse, inclusive alcoolismo. São problemas decorrentes da situação em que se encontram muitas escolas no estado do Paraná.

As crianças que os professores estão recebendo, muitas delas de famílias desestruturadas, o que causa grande desgaste no educador, porque ele, além de educador, tem o desafio de ser psicólogo, pai, mãe, enfim, tudo aquilo que a criança não tem, não encontra em casa o professor tenta substituir. A dificuldade, porque além das crianças não terem aquela atenção básica por parte dos seus pais, também não têm acompanhamento dos pais na escola. Os pais acabam enviando as crianças à escola como se a responsabilidade da educação fosse exclusivamente da escola, e na verdade não é isso. Como pais, sabemos que temos uma responsabilidade também na educação das crianças, enfim, de acompanhar como as crianças estão indo na escola.

Os professores também relataram que de uns 10 anos para cá foram submetidos a diversas experiências educacionais. Muitas experiências pedagógicas foram implantadas a cada mudança de Governo, tanto Governos Municipais como Estaduais, exigindo dos professores

terem que se adaptar a uma nova tecnologia, uma nova experiência pedagógica. Durante um período curto de tempo o professor tinha que ser professor repassador, depois professor facilitador, teve que se adaptar à promoção automática, depois novamente ao seriado, às provas, aos exames, enfim, vários sistemas de avaliação.

Tinha no Paraná um ensino profissionalizante, durante o Governo do Jaime Lerner foi retirado o ensino o ensino profissionalizante das escolas estaduais. Foi proposto um pós-médio que acabou não vindo. Tirou-se o ensino profissionalizante, mas não se deu nenhuma alternativa para os estudantes para que eles tivessem um treinamento para poder iniciar no mercado de trabalho. Atualmente, temos o retorno desse ensino profissionalizante em diversas escolas do Paraná, onde os estudantes podem ter as primeiras noções para ingressar no mercado de trabalho.

Outro assunto importante também que discutimos nesse seminário foi a recente lei aprovada pelo Congresso Nacional, a Lei nº 8213, que trata da doença profissional, que compara a doença profissional com acidente de trabalho. Temos muitos afastamentos do trabalho por causa da saúde do educador, mas que não são reconhecidas como doenças profissionais.

Um dado interessante que temos aqui no Paraná, em termos de registro de doença profissional, de 1998 até 2006, apenas um registro de doença profissional no estado do Paraná. Por outro lado, temos uma grande quantidade de casos de readaptação. Quando um educador, um profissional da educação é readaptado, é porque naquele curso normal da sua profissão, ele teve um problema decorrente daquela profissão, que é uma doença profissional.

Só em 2005 tivemos 144 casos. Está havendo uma falha nos registros de doenças profissionais, e agora com a edição desta lei no âmbito federal, temos a doença profissional comparada com acidente de trabalho. O acidente de trabalho não é só aquele onde a pessoa se acidenta, quebra uma perna, quebra um braço, enfim, fica mutilado, mas muitos sintomas decorrentes do stress, do enfrentamento nos bairros de periferia, que os professores são submetidos a uma situação de stress intenso. Ele pede licença, afastamento novamente e licença novamente. Isso deve ser caracterizado como doença profissional, não pode ser diferente.

Foi um seminário bastante frutífero e pretendemos, a partir das conclusões desse seminário, propor algumas ações a nível de estado, para poder dar uma assistência melhor a esses trabalhadores que sofrem em decorrência da sua atividade profissional.

Era isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Concedo ao PP, Deputado Antonio Belinati.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Presidente Augustinho Zucchi, Sras. e Srs. Deputados, jornalistas.

Conversei há pouco com a jornalista Kátia Chagas, que cobre as Sessões da Assembléia Legislativa para o jornal Gazeta do Povo, jornalista que cobre com imparcialidade aquilo que se passa aqui. Eu estava dizendo que o tema que iria abordar é a matéria de capa, de ontem, do jornal Gazeta do Povo, que fala sobre o programa do Presidente Lula, denominado O Primeiro Emprego. O então candidato a Presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, anunciou uma coisa maravilhosa para os jovens, que, eleito Presidente do Brasil, implantaria o Programa Primeiro Emprego. Quantos Milhões de jovens sonham em ter o seu primeiro emprego, o seu primeiro trabalho. Alguns precisam trabalhar para o seu próprio sustento e outros jovens dependem do trabalho para se sustentar e ajudar no sustento da família, do pai, da mãe, de irmãos. Alguns querem trabalhar inclusive, para poder custear os seus estudos e tem a mãe, principalmente a mãe que, com seu jeito carinhoso, chega a fazer orações, pedindo a Deus para abençoar, para que seu filho, sua filha, consiga um emprego e que não está fácil.

Há um ditado muito antigo que diz: “Cabeça vazia é oficina do Diabo”. O noticiário da imprensa traz constantemente que alguns jovens que caíram na bebedeira, viraram alcoólatras, por ociosidade, por não terem ocupação do seu tempo. Outros jovens que caíram na droga, em parte por falta do emprego, porque se o jovem tem que trabalhar durante o dia e, como diz o Deputado Waldyr Pugliesi, que alguns trabalham na parte da noite, trabalhar de dia, estudar de noite e até ao contrário, ele vai ter pouco tempo ocioso, vai ter que dormir cedo, acordar cedo para enfrentar o batente e depois enfrentar os estudos.

No entanto, Sr. Presidente, a decepção é grande, porque tem jovens, até pessoas com mais idade que chegam a caminhar quilômetros a pé todo o dia, desesperadas atrás de emprego, que não está fácil.

Para decepção nossa, furo, aqui no Paraná, furo esse Programa Primeiro Emprego, como bem destaca a Gazeta do Povo. Pasmem, os senhores, o Paraná tem 29 mil jovens no Programa Primeiro Emprego. Só 13 jovens, em Curitiba conseguiram emprego. Só 13! Em muitas cidades do Paraná, não foram sequer incluídas no Programa Primeiro Emprego. Inclusive, a minha cidade de Londrina tem milhares de jovens desesperados que não conseguem emprego, não conseguem trabalho.

O nosso apelo é para que os Parlamentares do Partido dos Trabalhadores, que as pessoas que ocupam altos cargos no Governo do Presidente Lula, procurem mostrar ao Presidente a necessidade de ativar esse programa. Um programa com apenas 13 postos de trabalho numa cidade com cerca de 1 milhão e meio de habitantes, como

Curitiba, mais de 2 milhões de habitantes, da sua região metropolitana.

Ora, Sr. Presidente, é uma insignificância e a nossa torcida é em nome do jovem de boa vontade que quer trabalhar, em nome dessa mãe que tem fé e que se apegava à fé, que se apegava em Deus, na tentativa que seu filho conseguisse o trabalho que está procurando.

Ocupamos a tribuna para pedir e defender que o Governo do Presidente Lula reformule com urgência o Programa Primeiro Emprego, para gerar aquilo que não fomos nós que prometemos. Não foi o povo quem prometeu, não foi o jovem, não foi a mãe do desempregado, foi o então candidato, que já está no seu 2º mandato e que desejamos o maior sucesso ao Presidente Lula, como a mais alta figura, a mais alta autoridade deste país, mas que esse sucesso comece com o Presidente honrando a promessa que fez em criar o Programa Primeiro Emprego, mas não do jeito que está, porque do jeito que está esse programa é um verdadeiro fracasso, para a decepção do nosso povo.

Ouvimos hoje, a notícia sobre a situação financeira, o caixa do Governo do Paraná. Notícia nada boa. Notícia dizendo que o Governo do Paraná precisa de R\$ 120 milhões para normalizar a situação de caixa, com a quebra da receita. E que mais R\$ 90 milhões é um dinheiro urgente que o Governo terá que viabilizar para poder normalizar compromissos urgentes. Vi também que as principais obras do atual Governo do Paraná estão paradas, paralisadas.

Quem é que perde quando o Governo está mal das pernas? Quando o caixa não tem dinheiro suficiente? Todo mundo perde! Deputados, Deputadas, minhas senhoras e meus senhores, não é bom para ninguém!

Não podemos fazer política torcendo pela desgraça do adversário, não. Nesta hora, mais do que nunca, vejo a necessidade dos políticos, das autoridades do Paraná como um todo, Vereadores, Prefeitos, Deputados Estaduais e Federais, Senadores, todos nós vestimos uma única camisa, sobretudo a nossa representação política do Paraná, em Brasília, para pedir ao Presidente Lula que também libere esta torneira para socorrer o Paraná, porque o Brasil não é apenas São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia.

Estamos vendo a facilidade que alguns estados brasileiros têm para conseguir indústrias poderosas. Indústrias do mais alto porte, para conseguir recursos do Governo Federal, a intermediação do Governo Federal para trazer dinheiro até do exterior para vários estados brasileiros. E o nosso Paraná aqui, um estado com a terra tão fértil, tão produtiva, de um povo tão trabalhador, o Paraná vendo agora está situação de extrema dificuldade, sob risco, quem sabe até de os servidores públicos do estado terem que aguardar muito tempo pelo aumento que aprovamos aqui nesta Casa e que não estabeleceu a data para entrar em vigor. E se não bastasse o próprio perigo desse aumento demorar e de até não sair! Temos

que nos lembrar também do salário do funcionalismo, das despesas básicas que o Governo tem no seu dia-a-dia.

Por isso, Sr. Presidente, venho aqui não como Deputado da Oposição, mas como paranaense, torcer para que o Paraná seja sempre um estado forte. Mas para isso precisamos da bênção, da ajuda, da compreensão, do bom atendimento ao Paraná, de um homem chamado Luiz Inácio Lula da Silva, porque se o Presidente não ajudar, toda a população do Paraná vai sofrer e vai pagar um preço muito caro por essa falta de dinheiro para as necessidades mínimas que o estado está enfrentando.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Douglas Fabrício.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

(Lê):

“Caros colegas Deputados e Deputadas.

Ocupo hoje este plenário para fazer um alerta aos senhores e senhoras. A cada semana que passa, temos observado que nós Deputados estamos sendo, cada vez mais, impedidos de cumprir uma missão fundamental que nos foi delegada pelo eleitor: a de fiscalizar os atos do Executivo.

Senhores, não é possível que os Deputados desta Casa continuem a ser informados dos problemas que ocorrem na administração pública pela imprensa. Isso coloca em xeque a autonomia do Poder Legislativo e é um risco para o estado democrático e para todos os paranaenses.

Um exemplo disso é o emblemático caso da SANEPAR. Recentemente, após uma batalha em plenário, aprovamos por 1 voto de diferença o meu convite para que o Presidente da empresa, Stênio Jacob, e o Presidente do Conselho, Pedro Henrique Xavier, viessem à Assembléia explicar o contrato entre a SANEPAR e a PAVIBRAS. O que vimos, e os senhores lembram, foi um show de informações desencontradas, talvez propositalmente desencontradas. E, apesar dos nossos esforços diários, até hoje o Governo não falou mais no caso. Como se o contrato tivesse sido devidamente explicado, e como se não houvessem suspeitas graves que poderiam criar dúvidas sobre a lisura deste Governo e de alguns de seus Secretários e gestores.

Quero lembrá-los, caros colegas, que a SANEPAR é uma empresa de economia mista e que há sócios privados que investiram nela. Ou seja, estes desvios e desmandos serão cobrados do povo do Paraná em futuras ações judiciais. Não tenham dúvida disso.

Não podemos esquecer: quem pagará essa fatura é o povo paranaense e nós, caros colegas Deputados, seremos responsabilizados pelos eleitores por não termos

sido mais rigorosos com esses desvios do dinheiro público.

Desde a semana passada, acompanhamos a greve dos funcionários da SANEPAR. No final de semana, estive com funcionários da empresa em Campo Mourão para ouvir suas reivindicações. E os argumentos deles são justos. Afinal de contas, como uma empresa que, segundo o Governo e seu próprio Presidente aqui nesta Casa, tem batido recordes de arrecadação desde 2003 não pode conceder um aumento justo aos seus funcionários? Ele mesmo criou essa expectativa!

Mais: como uma empresa que beneficia empreiteiras com aditivos milionários, como no caso PAVIBRAS, pode alegar não ter recursos em caixa para oferecer um salário mais digno ao seu quadro de funcionários?

Durante a paralisação, os funcionários da SANEPAR divulgaram um folheto onde informam a quantidade de cargos de confinação ocupados hoje na SANEPAR. Atenção caros colegas: segundo o folheto, são 9 cargos de Diretores, 39 de Assistentes de Diretor, 42 Assessores de Diretor, 8 de Secretárias, 75 de Gerentes e 160 de Coordenadores.

Como vemos, a SANEPAR virou neste Governo um grande cabide de emprego para os amigos do poder e para políticos que não conseguem se eleger e precisam da guarida bem remunerada do Executivo.

Então, como aceitar justificável o argumento da direção da SANEPAR de que não há recursos para aumentos, se há dinheiro de sobra para manter tantos apadrinhados com gordos vencimentos? Creio que se acabassemos com metade desses cargos ocupados pelos amigos do poder, sobrariam recursos para conceder os aumentos pleiteados pelos funcionários, afinal, são eles que realmente trabalham na empresa, enquanto os Diretores, pelo que denunciou o ex-Diretor Rogério Distefano, da imprensa, passam o tempo aguardando seus contracheques no final do mês.

Vou mais longe: são cerca de 3 mil e 200 cargos comissionados em todo o Governo do Paraná. Pelo exemplo que vemos na SANEPAR, podemos imaginar que metade deles não tem nenhuma utilidade funcional. São, na verdade, cargos para acomodar apaniguados políticos ou amigos do poder.

Então, não seria o caso de também acabarmos com a metade destes 3 mil e 200 cargos e utilizarmos os recursos para conceder melhores aumentos para os funcionários da saúde e da segurança pública, por exemplo? Esta é uma discussão que devemos fazer aqui. Porque o governo não a fará."

Para finalizar, gostaria de deixar o registro de que a televisão Carajás, em Campo Mourão, ainda não voltou a funcionar.

Muito obrigado.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Não há mais quem queira fazer uso da palavra.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, apenas para registrar formalmente a importância da presença dos Líderes das diversas bancadas, na reunião de quarta-feira às 10 horas da manhã, em Brasília, com a bancada federal, tanto do Senado como da Câmara dos Deputados, para tratar do pleito do estado do Paraná junto à união, especificamente ao Ministério da Fazenda, sobre a aplicação da multa ao estado do Paraná, desde o mês de novembro de 2004, em razão do não pagamento dos títulos públicos adquiridos quando da alienação do controle acionário do Banco do Estado do Paraná S/A.

Quero dizer que é importante que os Líderes compareçam a esta reunião, porque se trata de uma ação que supera - na minha avaliação - as divergências políticas, e ao mesmo tempo é necessário que o Paraná possa minimamente se unir, como fazem outros estados, em relação aos pleitos específicos, que acima de divergências políticas, especialmente as políticas eleitorais, possam pleitear aquilo que é a favor da população paranaense.

Então, é muito importante que cada um dos Líderes, se ele não estiver presente que possa ser representado, para que possamos ter uma representação maiúscula da Assembléia Legislativa e efetivamente participarmos desse esforço, que é um esforço que se superado vai ser mérito de todos, tanto da situação quando da Oposição. Acho que é muito importante a participação para mostrar a unidade do Paraná, porque afinal de contas é o interesse do nosso estado que está em jogo.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Sugiro a V. Exa., não se V. Exa. como Líder do Governo já fez esse contato com todos os Líderes, porque acho que cabem, não sei, se a Assembléia fornecer passagem, fazer uma agenda positiva de todos os Líderes que se dispuserem. Acho que cabe a V. Exa. A presidência, na pessoa do Deputado Nelson Justus que reassumiu, está com problema pessoal com a sua mãe internada. O que a Assembléia puder fazer enquanto eu estiver aqui presidindo, terei o máximo prazer em conclamar todos os Líderes, mas acho que o contato é V. Exa. que tem que procurar cada um e se dispor. Eu não sei nem o horário.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Quarta-feira às 10h da manhã.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

No Conselho Nacional da Agricultura, em Brasília.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Só complementando, o nosso 1º Secretário é quem fez as conversas com as lideranças. Estou aqui publicamente no plenário colocando o tema, porque fui conversar com o Deputado Elton Welter, Líder do PT, que me

relatou que não havia sido convidado. Isso me motivou a falar nesse tema, justamente pela preocupação que isso possa não ter ocorrido. Vou efetivamente falar com cada um dos Líderes, mas fazer essa conclamação aqui às lideranças para que possamos ter essa representação de toda a Casa e de todas as correntes políticas...

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

O Dr. Mário Cruz está me passando às mãos uma designação do Presidente Nelson Justus em que a Comissão Executiva, atendendo o Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa os Deputados Nelson Justus, Alexandre Curi, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Plauto Miró, Durval Amaral, Caíto Quintana, Luiz Claudio Romanelli e Elton Welter para nos dias 19 e 20 de junho a viagem à cidade de Brasília. Esse ato deve ser votado agora, então, aproveito e coloco em votação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Presidente, insisto que temos que convidar os Líderes dos partidos, por exemplo o Deputado Ademar Traiano é o novo Líder do PSDB, o Deputado Marcelo Rangel é o Líder do PPS; o Deputado Duílio é do PP. Eu quero reiterar que penso que todos esses partidos têm representações em Brasília das bancadas federais e é importante a participação de todos os Líderes das bancadas desta Casa aqui.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Com esses nomes já apresentados: Valdir Rossoni, Plauto Miró, Durval Amaral, Nelson Justus, Alexandre Curi, Augustinho Zucchi, Caíto Quintana, Luiz Claudio Romanelli e Elton Welter. Acho que falta o PP, PSB, o bloco PSB/PL/PRB/PV e o bloco, PPS/PMN. Então, eu sugiro aos Líderes que façam a indicação, porque os outros partidos estão representados, e como é interesse do Paraná e desta Casa, acho que a Assembléia, ao lado do Presidente Nelson Justus e do Vice, Augustinho Zucchi, poderíamos dar esse aval ao Governador Requião que necessita, ao lado da bancada federal e dos Senadores, o aval de todos os políticos porque é o aval do Paraná.

Em votação a designação apresentada.

O SR. ELIO RUSCH (**Democratas**) (**Pela Ordem**)

Incluindo ainda os partidos e as bancadas que não estão inclusas.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Como PP e os blocos.

O SR. ELIO RUSCH (**Democratas**)

E o PSDB! O Deputado Valdir Rossoni está como Deputado de Oposição. O PSDB não está incluído.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Líder da Oposição.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

O Deputado Traiano - Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Será acrescido.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Não esqueça aí do Líder do PTB - Deputado Fábio Camargo

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Vamos incluí-lo.

Bloco PV. Deputado Pastor Edson.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Presidente, já designamos o Deputado Fernando Ribas Carli Júnior.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Peço que a Secretária anote. Fica faltando o Bloco PPS/PMN.

O SR. DUÍLIO GENARI (PP)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(**Assentimento**)

O PP vai ser representado. Nós vamos decidir ainda, até à tarde, quem irá.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Esta presidência sugere a Deputada Cida Borghetti.

O SR. DUÍLIO GENARI (PP)

A sugestão é muito boa.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

O Deputado Ricardo Barros ficaria satisfeito.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

O PPS será representado pela minha pessoa.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Já está indicado.

O SR. DUÍLIO GENARI (PP)

É a Deputada Cida Borghetti.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Deputada Cida Borghetti levará a beleza da mulher paranaense a Brasília.

Aprovadas as indicações.

O SR. OSMAR BERTOLDI (Democratas)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Acho relevante a atitude da bancada e desta Assembléia estar indo a Brasília buscar essa situação de R\$ 10 milhões, que não seja penalizado o estado em R\$ 10 milhões, mas quero dizer que tenho acompanhado pela imprensa que tudo que não foi feito no nosso estado

é por causa desses R\$ 10 milhões. Isso é o mesmo que dizer que um pai de família que ganha R\$ 1.000 por mês não pode mais dar o sustento para sua casa porque lhe faltam R\$ 7. Então, acho que é relevante, mas há que se entender que o Governo é muito maior do que isso tudo.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

O seu partido estará representado, Deputado Bertoldi.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, pela ordem?

(**Assentimento**)

Apenas para incluir o Líder do PMDB - Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Será incluído.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Sr. Presidente, V. Exa. está convocando a metade da Assembléia para ir a Brasília na quarta-feira. Quero sugerir uma questão de ordem, aqui, que não tenha Sessão na quarta-feira, porque senão nós vamos ver, mais uma vez, a falta de quórum. Eu faria uma sugestão a V. Exa. para que adiantasse a Sessão na terça-feira ou fizesse duas hoje. Acho que este momento é relevante, importante para o Paraná, e eu quero sugerir, se precisar colocó até um requerimento para votação, haja vista que temos aí um caso sério que quarta-feira, os que não forem vão ficar aqui e não vai ter Sessão por falta de quórum. Eu queria sugerir a V. Exa. que adiantasse essa Sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Respondo a V. Exa. dizendo que acho que deveremos ficar aqui, os que ficarem, porque não mais que 10 Deputados irão dos 54. Ficaremos aqui na retaguarda, garantindo a esta Casa, talvez ficar de plantão permanente, passando de quarta para quinta-feira funcionando, para que, se Deus quiser, tenhamos o aval do Presidente da República e essa missão difícil seja conquistada com êxito em Brasília.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 158/07, de autoria dos Srs. Deputados Marcelo Rangel e Alexandre Curi, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado do Paraná e ao Sr. Secretário dos Transportes a estadualizar a rodovia que liga o município de Tibagi ao distrito de Porteira Grande. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 159/07, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública que seja

aumentado o efetivo de policiais militares para o município de Imbituva. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 160/07, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, pavimentação asfáltica na Av. das Palmeiras, no município de Palmeira. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 161/07, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a implantação da Delegacia Estadual de Crimes Cibernéticos. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 162/07, de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Educação, a inclusão nos currículos escolares de ensino médio das escolas estaduais, conteúdos sobre termos legislativos. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 163/07, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, propondo à Sra. Secretária de Estado da Ciência e Tecnologia, a instalação de uma Universidade Pública Estadual, no município de São José dos Pinhais. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 164/07, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano, a construção de uma quadra poliesportiva no município de Piraquara. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 165/07, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, que seja nominada uma rodovia estadual como Rodovia Mário Marcondes Lobo. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pela Mesa Executiva, constante do expediente, designando os Srs. Deputados: Nelson Justus, Alexandre Curi, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Plauto Miró, Durval Amaral, Caíto Quintana, Luiz Claudio Romanelli, Elton Welter, Duílio Genari, Waldyr Pugliesi, Fábio Camargo, Marcelo Rangel, Ademair Traiano e Ribas Carli Filho, para representar esta Casa de Leis nos dias 19 e 20 de junho de 2007, na cidade de Brasília/DF. **Aprovado.** **À Diretoria Legislativa.**

Expediente subscrito pela Mesa Executiva, constante do expediente, designando o Sr. Deputado: Luiz Eduardo Cheida, para representar esta Casa de Leis no Congresso Brasileiro de unidades de Conservação nos dias 18, 19, 20 e 21 de junho de 2007, na cidade de Foz do Iguaçu. **Aprovado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de resolução, de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constantes do expediente.

Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Teruo Kato, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Pedro Ivo, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Professor Luizão, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 03 (três), de autoria do Sr. Deputado Fábio Camargo, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 365/07, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de utilidade pública o Centro de Educação Infantil Pequeno Céu, com sede e foro no município de Umuarama. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 365/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná.

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Centro de Educação Infantil Pequeno Céu, com sede e foro no município de Umuarama.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 18.06.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
ANTONIO BELINATI - Relator

2ª Discussão

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 068/07, de autoria dos Deputados Tadeu Veneri e Alexandre Curi, que modifica o inciso II do artigo 6º da Lei Estadual nº 8246, de 13 de janeiro de 1986. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CSP. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1735, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente, solicitando votação nominal.

Em votação o requerimento. **Aprovado.**

De acordo com o requerimento, será feita a votação nominal do projeto, ressalvadas as emendas.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Gostaria de perguntar a V. Exa. qual o item da pauta que estamos votando. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Item 02. O Projeto nº 068/07 diz o seguinte: *Modifica o inciso II do artigo 6º da Lei nº 8246, de 13 de janeiro de 1986.* Ninguém sabe o que é?

O SR. TADEU VENERI (PT)

Sr. Presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Na verdade, o projeto foi aprovado em 1ª votação na quarta-feira. Esse projeto tem o objetivo de conceder, aliás, como já acontecia antes, aos portadores de hanseníase que, comprovadamente, foram prejudicados pela sua doença, pela sua incapacitação física, o estado pagava o valor de um salário-mínimo. Eles, ao receberem uma complementação do INSS, foram retirados do estado. Primeiro, o Deputado havia feito esse projeto há 2 anos atrás, que foi aprovado, depois houve o veto e nós, conversando com o Deputado Curi, reapresentamos junto com o Movimento Nacional, porque a CCJ fez um substitutivo, onde ela aponta que só serão beneficiados aqueles que tiverem pensão inferior a 2 salários-mínimos no INSS, ou seja, pessoas extremamente carentes.

Eu explico Sr. Presidente, aos Srs. Deputados, porque há cerca de 15 ou 20 anos atrás, as pessoas portadoras de hanseníase eram consideradas párias dentro da sociedade e muitas delas trabalharam no hospital que temos em Piraquara, por 20, 30 anos, porque eram confinados naquele hospital, alguns deles involuntariamente. Essas, pessoas, por terem trabalhado todos esses anos, obviamente, depois não conseguiram absolutamente nada fora do hospital. Hoje cerca de 200 pessoas no estado do

Paraná. Há uma lei federal que tramitou na semana que passou, no Congresso Nacional, o Presidente deve sancioná-la.

O que estamos fazendo, aqui, tanto eu como o Deputado Curi, ao apresentarmos esse projeto, é termos condições de fazer a adequação de uma lei estadual ao projeto nacional. Solicito aos Srs. Deputados que o voto seja SIM, porque já o aprovamos em 1ª votação.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Lembro a V. Exa. e ao Plenário, que o Presidente Lula, se não me falha a memória, há 15 ou 20 dias atrás, sancionou ou fez uma medida provisória e anunciou no nordeste - eu ouvi na Hora do Brasil.

O SR. TADEU VENERI (PT)

É na mesma linha, Sr. Presidente. O projeto que temos aqui com o Deputado Curi vem nessa mesma linha. O que tínhamos de diferente não são valores, até porque nem poderia. O projeto do Governo Federal, parece-me que abrange até 1997, 1998 - eu precisaria confirmar - temos: há pessoas que ficaram 40 ou 50 anos no hospital - o senhor tem conhecimento disso, o Deputado Ney Leprevost, que é da Comissão de Saúde sabe que havia um trem que levava a Piraquara, em um vagão específico.

Esse projeto do Presidente Lula vem de acordo à orientação do MONHAN - Movimento Nacional dos Portadores de Hanseníase. O projeto que apresentamos aqui vem no mesmo debate para corrigir essa lacuna que havia em nível federal.

O SR. OSMAR BERTOLDI (Democratas)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(**Assentimento**)

Para esclarecer uma dúvida. Esse é o projeto que se eu fosse Governador de Estado, eu estaria mandando à Assembléia Legislativa para votar. A pergunta é a seguinte: podemos legislar sobre algo que gera despesa ao estado do Paraná?

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

A Constituição proíbe, mas se houver a sanção do Governador e não houver nenhuma impugnação da constitucionalidade ou o veto do Governador, o vício de origem estará superado.

Eu perguntaria ao Deputado Belinati, se é um projeto de tanta abrangência, para que vamos fazer a votação nominal, para demorar 15 ou 20 minutos? Acho que poderíamos aprová-lo por unanimidade.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Ele já existia até 2004, era assim, já era dessa forma, Sr. Presidente. A CCJ entendeu justamente nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Deputado Belinati, V. Exa. retiraria a votação nominal para que tivéssemos mais pressa? Acho que nin-

guém irá se negar a votar um projeto de tanta abrangência, favoravelmente.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Deputado Tadeu, creio que vai dar 100% de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Se V. Exa. insiste, solicito ao Deputado Pedro Ivo, 1º Secretário em exercício, para que faça a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Pedro Ivo**)

(**Procede à chamada nominal para a votação**)

Quarenta e dois Deputados disseram SIM, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Está aprovado o projeto, artigo por artigo.

Está em votação o substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça. **Aprovado.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 241/07, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que dispõe sobre autenticação de assinatura em recibo de venda de veículo. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CSP e CDC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 249/07, de autoria do Deputado Carlos Simões, que dispõe sobre promoções e realizações de eventos de grande porte. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 290/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que estabelece que seja executado o Hino Nacional e do Estado do Paraná em todos os jogos esportivos federados no Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECECT. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 383/07, de autoria do Deputado Plauto Miró, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Sr. José Carlos Pisani. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (**Publ. no DA nº 053/07, de 23/05/07, em Projetos de Lei**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 383/07

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Deputado Plauto Miró, propõe a concessão de título de Cida-

dania Honorária deste estado ao Sr. José Carlos Pisani, em razão dos relevantes serviços prestados ao Paraná, conforme justificativa e *curriculum vitae*.

A concessão de título honorífico do estado, está vinculada ao cumprimento das condições previstas na Lei nº 13115/01, alterada pela Lei nº 14677/05, e a satisfação das condicionantes estabelecidas na legislação mencionada está adequadamente demonstrada nos autos deste projeto de lei.

Consta a declaração da diretoria legislativa desta Casa, de que Partido Democratas apresentou, nesta legislatura, apenas um projeto de lei desta natureza e também o Ofício nº 023/07, do Líder do partido e autor do projeto, informando que o título que se pretende conceder, faz parte da cota da agremiação partidária para esta legislatura, que é de 08 (oito) títulos para os partidos com mais de 04 (quatro) Deputados, em conformidade com a legislação referida.

Considerando portanto, a plena adequação desta proposição aos ditames constitucionais, legais e regimentais, esta Comissão de Constituição e Justiça emite **parecer favorável** ao projeto de lei.

Sala das Comissões, em 12.06.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

VALDIR ROSSONI - Relator

Como é a 1ª votação, tem que haver votação nominal dos Srs. Deputados.

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados para a votação nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Pedro Ivo)

(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados para a votação nominal)

Trinta e nove Srs. Deputados votaram SIM, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Está aprovado com 39 votos.

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 404/07, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que autoriza o Poder Executivo a fazer cessão de uso de imóvel que especifica ao município de Nova Esperança. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. Aprovado. (Publ. no DA nº 058/07, de 31/05/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 404/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a proceder a cessão de uso de imóvel do estado

ao município de Nova Esperança, conforme especifica o projeto, condicionada a cessão a construção de um barracão.

Fundamentação

Tal pretensão encontra respaldo constitucional tendo em vista tratar-se de bem do domínio público. O doutrinador Celso Antônio Bandeira de Melo, explica que bens públicos são todos os bens que pertencem às pessoas jurídicas de direito público, isto é, união, estados, distrito federal, municípios, respectivas autarquias e fundações de direito público (...). O conjunto de bens públicos forma o domínio público, que inclui tanto bens imóveis como móveis. (Grifos nossos)

Desta forma, a Constituição do Estado dispõe:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:

(...)

XIII - bens do domínio público.

Art. 10. Os bens imóveis do estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social. (Grifos nossos)

Diante dessas previsões constitucionais, verifica-se a subsunção do presente projeto ao exigido em lei, portanto não há óbice quanto a sua tramitação.

Conclusão

Assim, diante do exposto e pela constitucionalidade aferida, opina-se pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 05.06.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 404/07

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 404/07, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que autoriza o Poder Executivo a fazer cessão de uso de imóvel que especifica ao município de Nova Esperança.

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma. Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas entende que a proposição irá trazer benefícios ao Município de Nova Esperança que irá construir um barracão onde pequenos produtores rurais, em conjunto com a Secretaria Municipal de Agricultura, promoverão, através de exposição permanente, seus produtos.

Sendo assim, esta Comissão emite seu parecer favorável à Proposição nº 404/07.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.06.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

PÉRICLES DE MELLO - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1692 a 1694, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1695, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. À **Comissão Executiva.**

Requerimento nº 1696, de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Nós encaminhamos, Sr. Presidente, em nome da Liderança do Governo, favoravelmente a este requerimento do Deputado Douglas Fabrício, em homenagem ao Deputado Antonio Belinati.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Em votação. **Aprovado.**

Requerimento nº 1699, de autoria do Sr. Deputado Ribas Carli Filho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1708, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1710, de autoria do Sr. Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1711, de autoria do Sr. Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente. À **Comissão Executiva.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, este é um requerimento de solicitação de documentos. Embora neste caso não estamos fazendo requerimento de pedido de informações, eu formulei à Mesa uma questão de ordem e gostaria que a Mesa respondesse a questão de ordem que eu fiz aqui sobre este tema, porque vamos ter um posicionamento contrário e a Mesa não respondeu. Eu pensei que responderia hoje, Sr. Presidente, a questão de ordem que formulei sobre o fornecimento de documentos, senão ele, objeto de uma Comissão Especial de Investigação ou por parte de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, por fugir de uma forma assim muito efetiva ao que é que deve subsidiar as informações para que um Parlamentar possa exercer o seu direito. Pedido de informação é sobre informação e não...

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

V. Exa. pediria para discutir e não daria prazo...

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Não, é que estou discutindo um tema mais abrangente, que envolve este requerimento e tantos outros, porque o pedido de informação é sobre informação e não pedido de documentos. Pedidos de documentos, da forma solicitada, no meu entendimento não é contemplado pelo nosso Regimento, no artigo 134. Neste caso específico, o Deputado Osmar Bertoldi nem pedido de informação ele formula, ele faz uma solicitação que poderá ou não, inclusive, ser atendida pela SANEPAR.

Agora, o que ocorre, Sr. Presidente, é que o pedido de informação, da forma com que ele é trabalhado, e o documento, na verdade, veja, o volume de documentos que o Deputado Osmar Bertoldi solicita, seria objeto de uma Comissão Especial de Investigação. Eu formulei esta questão de ordem à Mesa, porque veja, nós temos tido, na minha avaliação, e por isso que é necessário que a Assessoria técnica da Mesa responda, de forma objetiva, por escrito, fundamentado à questão de ordem que eu fiz, porque senão, Deputado, da forma tão abrangente que está este requerimento, é impossível você cotejar todas as obras que tem, não estabelece o período e não falamos objetivamente do que estamos tratando.

Sr. Presidente, encaminho contrariamente enquanto a Mesa não se posicionar sobre fornecimento de documentos. Nosso posicionamento é contrário, por contrariar o disposto no nosso Regimento.

O SR. OSMAR BERTOLDI (Democratas)

Sr. Presidente, na verdade a intenção desse requerimento é muito simples: houve um edital de licitação, certo, houve um memorial descritivo das obras a serem realizadas pela empresa vencedora. Se esse edital, sem esse memorial descritivo e sem uma resposta da SANEPAR dizendo o quanto essa construtora executou de obras, fica vago podermos dizer qual é o valor do furo nessa questão tão preocupante que é a questão da PAVIBRAS.

Na verdade, quando faço um requerimento como esse, é na intenção de elucidar esse caso, de me debruçar sobre esse edital de licitação e sobre essa resposta que a SANEPAR, tenho certeza que tem. Como o próprio Líder do Governo vem dizendo aqui ao longo do tempo que esse Governo não deve, não teme, eu não vejo porque não dar essa resposta a este Parlamentar.

Peço ao Líder do Governo, deste Governo austero e que canta em verso e prosa a seriedade que aquele que não deve não teme, qual o problema ter essas informações para que possamos fazer um estudo mais apurado, que possa trazer um resultado convincente à sociedade paranaense.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

V. Exa. aceitaria que a presidência avocasse para si, para ser deliberado amanhã na reunião da Executiva às 11 horas e nós traríamos à tarde. Se V. Exas. não estive-

rem presentes nós deixaríamos a decisão para a próxima oportunidade.

(Assentimento)

Então é o que farei, será submetido à **Comissão Executiva para deliberar**.

Requerimento n°s 1712 a 1714, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1717, de autoria dos Srs. Deputados Luiz Carlos Martins, Duílio Genari, Elio Rusch, Durval Amaral e demais Srs. Deputados, membros da Bancada da Oposição, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, quero encaminhar favoravelmente, este é um exemplo do que eu tenho debatido aqui que conceitualmente pedido de informação tem que estar escrito e bem escrito, como está este pedido de informação.

Parabéns à assessoria da Bancada da Oposição por ter formulado tão bem este requerimento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Eu dispenso a preocupação do Deputado quanto à redação do requerimento.

Sr. Presidente, há uma discordância pública dos posicionamentos aqui de pedidos de informação, então por essa razão, se o Deputado Romanelli está sendo um lampejo neste momento em prestar os esclarecimentos, quem fica agradecido sou eu e quero continuar sempre prestando o meu apoio à minha assessoria, porque é altamente competente, nunca errou a redação de um requerimento. O que a minha assessoria é, sim, é muito competente, porque ela formula requerimentos que tem hora aqui que tem gente que corre para baixo da cama porque não pode prestar as informações.

Cumprimento, neste momento, a minha assessoria e agradeço o lampejo de bondade do Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Esta presidência cumprimenta as assessorias, tanto da Oposição como da Situação.

Em votação o requerimento. **Aprovado.**

Requerimentos n°s 1707, 1720 e 1721, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos n°s 1706, 1709, 1718 e 1719, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 1722 e 1723, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1725, de autoria do Sr. Deputado Pedro Ivo, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento n° 1727, de autoria do Sr. Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1729, de autoria do Sr. Deputado Fábio Camargo, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

A data está errada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

A data já passou. Então nós consultaremos o Deputado Fábio para ver a data. Deixamos de votar.

Requerimento n° 1730, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.**

Requerimento n° 1737, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Quero encaminhar pela rejeição deste requerimento. Temos que ter muita responsabilidade para que possamos formular convites, do ponto de vista que sejam eles objetivos. Esta Casa tem a Comissão de Comunicação, além do que tem uma Comissão Especial que foi votada e que deverá e poderá ser instalada quando o Presidente Nelson Justus decidir. Mas creio que é absolutamente extemporâneo.

No momento apropriado, certamente vamos ter oportunidades, até se for o caso de ouvir o jornalista Fábio Campana. Sinceramente, sou absolutamente contrário que se convide, se convoque profissionais jornalistas para virem a esta Casa nesta condição. Creio que temos que ter um posicionamento em que tenhamos que agir com muita responsabilidade para poder trazer alguém aqui nesta Casa. Quero encaminhar contrário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Vou sugerir a Casa o seguinte: o nosso amigo, conceituado jornalista Fábio Campana é funcionário da Casa, então, “para ele comparecer a Assembléia”, vamos estar até induzindo que ele não trabalha. Acho que poderíamos reformular esse requerimento para que o jornalista não... Ele deveria estar na Assembléia, não sei qual é... talvez o autor do requerimento não saiba desta função.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Pela Ordem)

Mesmo ele trabalhando aqui na Assembléia, esse na verdade é um convite para que ele possa responder algumas perguntas dos Srs. Deputados, aqui, na Assembléia Legislativa. Não há problema nenhum, ele trabalha, sim, aqui na Assembléia, nós sabemos disso. Mas esse é

um convite para ele tratar de assuntos relacionados aos problemas, escândalos na Secretaria da Comunicação Social.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

V. Exa. há de convir que aqui diz: "...para que o jornalista compareça à Assembléia Legislativa". É até ofensivo a ele.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Seria: "...ao Plenário".

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

V. Exa. poderia retirar e fazer com outra redação. "Comparecer à Assembléia..." é função de todo funcionário comparecer. Talvez reformular, mas o Deputado Luiz Claudio tinha solicitado antes, para encaminhar, havendo um consenso, para que seja reformulado de uma outra maneira, para que não ofendamos o nosso querido servidor.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Gostaria que o senhor lesse, se pudesse, o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

(Lê:)

Requer envio de expediente convidando o Sr. Jornalista Fábio Campana para comparecer à Assembléia Legislativa. Por se tratar de uma pessoa conceituada, experiente e ciente dos trabalhos da Secretaria da Comunicação Social, poderá contribuir com informações aos Deputados sobre a atuação da Secretaria.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Deixei bem claro no documento. É um convite cordial da Assembléia Legislativa. É uma pessoa extremamente conceituada.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Ele deve estar trabalhando.

Se fosse para comparecer para prestar esclarecimentos, aí seria o correto, mas, ao menos o que diz aqui, não é o correto.

Concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, acho que esta questão "está trabalhando" ou "não está trabalhando", é um dever da Comissão Executiva e que ela resolva esse problema.

A segunda questão: quando se convida alguém para vir à Assembléia, é para prestar esclarecimentos. Ou vem ao Plenário ou vem às Comissões. Eu acho justificável o convite ao colunista Fábio Campana e o requerimento do Deputado Marcelo Rangel, porque ele é um homem que tem um profundo conhecimento da questão Secretaria da Comunicação. Ele entende disso. O que acontece? Ele virá a esta Casa e eu vejo que a preocupação do Deputado Rangel é ir buscando subsídio para que

quando for implantada a CEI, ele já tenha subsídios para estar à frente. Acredito que o Deputado Rangel está coberto de razão. Não há necessidade de nós discutirmos, porque é um problema da Comissão Executiva, não é um problema meu. O meu problema aqui é o seguinte: esclarecimentos da questão do setor público referente à Comunicação. O dia em que o Deputado Rangel ingressar com requerimento pedindo esclarecimentos à Comissão Executiva, referente a um funcionário, terá também todo o meu apoio, mas neste momento, estamos tratando de uma outra questão que é um homem que tem profundo conhecimento da questão das comunicações no estado do Paraná.

Agradeço pela atenção de V. Exa. e dos Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Ninguém levantou dúvidas sobre o comparecimento do referido servidor, que é uma pessoa de reputação ilibada e amigo de todos os Deputados.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Nem eu, Sr. Presidente. Eu apenas fiz a defesa do requerimento do Deputado Rangel, porque estava sendo questionado de um assunto que ele não se reportou. V. Exa. como Presidente, tem toda a autoridade, inclusive para cortar a minha palavra, mas coloquei justificativa, tentando convencer os Srs. Deputados para votarmos favoráveis ao requerimento. Apenas essa é a nossa concordância.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Longe de mim, cortar a palavra de V. Exa. Sou democrata e todos os Deputados têm direito de falar o quanto quiserem.

Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Martins.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Mantenho o meu pedido, para discutir.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Já que o Deputado Romanelli foi mais rápido que o Deputado Luis Carlos Martins e pediu para encaminhar e o Regimento determina que deve ser encaminhado, quero sugerir V. Exa. que preside a Casa no momento e entende que o requerimento tem um erro gráfico, sugiro a V. Exa. que fizesse como foi feito em outros requerimentos desta Casa, que o autor se dirigisse à presidência e rabiscasse, mudasse o termo, para que pudéssemos votar.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Esta presidência não aceitará o rabisco, mas eu digo que como é vago, não diz a data em que é para comparecer, a obrigação é comparecer todos os dias. Aprovando, nada vai mudar e poderá ser solicitado a prestar esclarecimentos durante o expediente, ou no plenário ou na comissão.

Em votação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Solicito chamada nominal para votar esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Será deferida. Concedo a palavra ao Sr. Jocelito Canto.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Sr. Presidente, se eu pedir para discutir, tem primazia, não tem?

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Teria prioridade antes que o Deputado Luiz Claudio Romanelli pedisse para encaminhar e foi encaminhado. Perdeu a preferência.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Nós falamos juntos, fizemos um dueto. Eu e o Romanelli.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Ele falou antes. Ele pediu para encaminhar e V. Exa. pediu para discutir.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, aproveitando a oportunidade de fazer o encaminhamento, acho muito importante a presença do jornalista Fábio Campana nesta Casa. Se ele é funcionário desta Casa ou não é, isso não vem ao caso. Se começarmos a fiscalizar por aí é outro caminho. O que precisamos ouvir aqui, entendendo a colocação do Líder do PPS, o Deputado Marcelo Rangel, no sentido de trazer aqui o jornalista que diariamente tem feito acusações gravíssimas sobre o atual Governo. As acusações que tem feito são algo que não nos devemos calar. Ele tem feito diariamente na sua coluna afirmações, considerações, publicações, que são uma verdadeira preocupação para todos nós.

Então, acho justo que esta Casa delibere para que o jornalista possa vir aqui, explicar o que tem escrito, porque no momento em que o jornalista é, ainda mais grave, quando é funcionário desta Casa, já foi Secretário da Comunicação, inclusive do atual Governo, vai a um jornal de conceito estadual e nacional, que é o jornal O Estado do Paraná, e escreve o que ele está escrevendo, é no mínimo omissão nossa não ouvi-lo, porque ele tem escrito verdadeiras barbaridades referentes ao atual Governo. Têm usado alguns adjetivos a esse Governo que são preocupantes. Nós, no mínimo, como fiscalizadores, precisamos saber se são verdadeiras as informações do jornalista Fábio Campana, que tem escrito pesado, diariamente.

Quero aqui me manifestar favorável, acho que é importante ouvi-lo. Este país, está na hora de ouvir as coisas, estamos vendo agora uma briga declarada entre

Ministério Público e o Tribunal de Contas, que vai terminar em “pizza”, Sr. Presidente.

Vou deixar claro aqui, que fique registrado nas notas taquigráficas, que vai terminar em “pizza”.

É o Ministério Público, Sr. Presidente, primeiro acusando o Tribunal de Contas de ter cargos ilegais, de ter subido alguns funcionários sem critérios, corretamente de acordo com a lei. A resposta veio do Tribunal de Contas agora rejeitando as contas do Ministério Público. E o Governador disse no ano passado, e estou aguardando as informações, disse que houve aqui um ajuste de conduta do Ministério Público, e agora veio o Tribunal e confirmou que faltou dinheiro ao Ministério Público que é o guardião da lei.

Então, estamos vendo uma briga declarada no Paraná. E do jeito que vai continuar, ou tudo termina em “pizza” ou tudo termina de um jeito meio preocupante. Por isso, voto favorável e peço aos companheiros a vinda do nosso jornalista Fábio Campana, para que ele possa dizer a esta Casa que ele é funcionário também e como funcionário tem esse dever diante desta Casa e como jornalista ainda mais, porque é um jornalista formado, conceituado, é um jornalista que todo mundo acorda pela manhã e quer ouvir os seus comentários.

É importante que esta Casa escute o Fábio Campana, ele tem muito para contar. E como ele veio acusando o Governo diariamente e vem acusando, não vem advertindo, e quando ele está acusando não podemos fazer de conta que entra aqui e sai aqui. Meu voto é pela vinda do jornalista Fábio Campana para vir aqui falar nesta Casa e nos contar aquilo que queremos saber.

Ele vindo aqui, tenho pelo menos 100 perguntas para ele.

Muito obrigado!

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, louvo a atitude de querer tornar claro determinados assuntos que evidentemente esteja se comentando, se falando ou não esteja claro. Mas me parece, Deputado Jocelito, que o caminho da Assembléia, no caso específico do jornalista Fábio Campana, não é convocá-lo ou convidá-lo para a Assembléia. Primeiro: é um funcionário da Casa. Segundo: ele é um jornalista. Você imagina se essa moda pega? Daqui a pouco nós chamamos o Pirajá, que foi Deputado, chamamos o Ricardo Chab, convocamos 4 ou 5 lá de Ponta Grossa, de Capanema, de Planalto, qualquer pessoa que diga uma palavra contra o Governo é convocado pela Oposição. Qualquer pessoa que fale a favor do Governo vamos convidar para vir aqui na Assembléia defender o Governo.

Não acredito que seja esse o caminho. O jornalista Fábio Campana faz o seu comentário na Band, como comentarista. É um direito que tem como comentarista político de tecer uma opinião. Agora, isto não nos traz aos bastidores da Casa para uma convocação.

Digníssimo Presidente Antonio Anibelli, V. Exa. hoje está assumindo a presidência da Mesa e na qualidade de Vice-Presidente. A 2ª Secretária, Deputada Luciana Rafagnin, está na Mesa. Cabe à Executiva, administrativamente, convocar alguém para fazer uma palestra, uma explicação para os Deputados? Cabe! Principalmente se for funcionário! O que não cabe é fazermos aqui um Plenário para ouvir opiniões nem sempre verdadeiras de um comentarista político, porque ser comentarista político, não significa que seja dono da verdade. Eu já vi posições a favor, posições contrárias de muitos comentaristas que não têm que vir aqui. Acho que é muito mais sério!

Não podemos banalizar a convocação de pessoas para vir à Assembléia. Não podemos fazê-lo, sob pena de perder a Assembléia à força de convocação quando necessário.

Por isso, Sr. Presidente, gostaria de encaminhar contrário e quero até manifestar uma outra opinião. Pode não ser entendida, mas quero manifestar. Dias atrás, um amigo, companheiro, Prefeito, que é o Nelson Tureck, esteve aqui no plenário para prestar informações e declarações a respeito do fechamento de uma televisão. Acho que não é o Plenário da Casa, caberia a qualquer um outro Deputado apresentar um requerimento para trazer o dono da emissora no outro dia aqui no plenário. Se isso pega! Eu convoco o dono de um jornal, o dono de uma televisão, um Prefeito que tenha praticado um ato no seu município, isto é questão municipal e não estadual!

Então, a Assembléia Legislativa deve preservar suas prerrogativas quando elas forem importantes, quando for um servidor público, alguém do Governo, mas o jornalista Fábio Campana seria intimado como pessoa física, como comentarista político. Não cabe isso! Vejo aqui presente o jornalista Jamur Júnior e vou encaminhar um requerimento convocando o Jamur para vir falar na Assembléia sobre assuntos que dizem respeito a quê? Ao Governo, a fotos que ele está inclusive ausente para poder explicar a cada um de nós!

Gostaria que os Deputados preservassem o que o Regimento nos concede: a convocação de pessoas quando estas pessoas forem realmente necessárias para comparecer e prestar informações.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Só queria contestar o Deputado Caíto Quintana. Ele disse aqui que não poderia ter convocado o ex-colega nosso, desta Casa, Deputado Tureck, para vir a esta Casa. Eu queria perguntar ao Deputado Caíto Quintana como ele votou no dia que passou o requerimento, aqui, ou se não estava na Sessão naquele dia? Só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Não cabe questão de ordem.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) (Pela Ordem)

V. Exa. concedeu uma palavra, pela ordem, que não era. Mas, fui citado. Não vem com estas minúsculas comigo, que não pega. Este negócio de bate-boca, aqui,

não me interessa, porque não gosto disso. Só quero responder que eu não votei.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Para Encaminhar)

Só queria deixar registrado que o requerimento que fiz hoje à Assembléia, é um requerimento convite. Não é convocação. E o próprio jornalista e colunista Fábio Campana já demonstrou vontade de vir aqui para conversar com os Srs. Deputados. Ele mesmo já demonstrou esta vontade. Então, não precisa se preocupar, achar que ele vai ficar chateado com a aprovação. Pelo contrário ele gostaria mesmo de trazer boas informações com relação à Secretaria da Comunicação Social.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Atendendo solicitação do Líder Luiz Claudio Romanelli, o Sr. 1º Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados para verificação de quórum.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

E depois, subseqüentemente, votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

V. Exa. encaminhe à Mesa o requerimento por escrito.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Quando do requerimento, o Regimento prevê que eu não preciso encaminhar por escrito. Só verbalmente é o suficiente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Após a configuração do quórum nós submeteremos vosso requerimento.

Está informando nosso Dr. Mário que V. Exa. está equivocado. Votação nominal, precisa, com decisão já votada neste Plenário, pelo Presidente Nelson Justus, que tem que chegar o requerimento por escrito a esta presidência.

(Lê artigo 160, do Regimento Interno).

O SR. 1º SECRETÁRIO (Pedro Ivo)

(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados.)

Quarenta Srs. Deputados presentes.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Há quórum para deliberação.

Requerimento do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que requer votação nominal.

Deputados que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado.

Obedecendo a votação nominal, requerimento de convite de comparecimento a esta Casa do jornalista Fábio Campana será por voto nominal. Peço ao Sr. 1º Secretário que faça a chamada e anote os votos dos Srs. Deputados.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Apenas para orientar a bancada que apóia o Governo nesta Casa. Os Parlamentares livremente poderão votar votando NÃO no convite formulado ao jornalista Fábio Camapana, em respeito a esse profissional.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Pedro Ivo)

(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados.)

Vinte e dois Srs. Deputados votaram SIM.

Vinte Srs. Deputados votaram NÃO.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Está aprovado o convite ao jornalista Fábio Camapana.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 19, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 241, 249 e 290/07.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 068/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 383 e 404/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 059, 083, 207 e 406/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:**Comissão Executiva****Atos**

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 1348/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, MARGARIDA APARECIDA DE SOUZA, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 01 de fevereiro de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.02.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 1492/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais,

F A Z S A B E R :

retifica o Ato n° 1094/06, publicado no Diário da Assembléia n° 147, de 14 de dezembro de 2006, que passará a ter a seguinte redação:

“ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 1094/06

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta da Resolução n° 064/90 e artigo 33 parágrafo 1º da Resolução n° 159/90, deste Poder,

R E S O L V E :

Art. 1º Conceder aos servidores, efetivos, estáveis e inativos, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, a recomposição estipendiária de 11,98% (URV) (onze ponto noventa e oito por cento), a partir de 1º de janeiro de 2007, que foi indevidamente excluída dos seus vencimentos, face a errônea conversão em “URV” em abril de 1994.

Art. 2º Este ato entrará em vigor na data de sua publicação.”

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11.06.07.

(aa) ANTONIO ANIBELLI - Presidente (em exercício)

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 1499/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n° 360, datado de 25 de janeiro de 2006, deste Poder,

R E S O L V E :

retificar o Ato da Comissão n° 375/06, publicado no Diário da Assembléia em 16 de maio de 2006, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Aposentar, compulsoriamente, a partir de 07 de novembro de 2005, data em que completou setenta (70) anos de idade, CHRIZANTO CHRISÓSTOMO DA SILVA, matrícula n° 40898, portador do RG n° 0228898-PR, e do CIC n° 010.534.699-34, funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitido em 01 de agosto de 1989, ocupante do cargo de médico, nível E-02, e falecido no decorrer do processo, em 21 de setembro de 2006, conforme Certidão de Óbito anexa às fls. 43, antes que se consumasse sua aposentadoria com o registro no TC, nos termos do artigo 40, inciso II da Constituição Federal combinado com o artigo 3º, da Emenda Constitucional n° 41/03, com vencimentos men-

sais e proporcionais a seu tempo de serviço, com reajustes em paridade com o servidor da ativa, acrescidos de 4 adicionais, de acordo com o artigo 170 e parágrafo único da Lei n° 6174/70, resultando em proventos de inatividade conforme cálculos de fls. 09, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas desta Casa.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 18.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1° Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 1500/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n° 5614, datado de 06 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

Conceder a ELOINA DA APARECIDA TEIXEIRA SUDUT, matrícula n° 40581, portadora do RG n° 5.177.160-5-PR e do CPF n° 392.301.639-53, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 09 de julho de 1985, exercendo o cargo de auxiliar administrativo, nível NBA-03, lotada no Gabinete da Diretoria Geral, abono de permanência em serviço. Equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária, nos termos do artigo 3°, parágrafo 1°, da Emenda Constitucional n° 041, de 31 de dezembro de 2003, a partir de sua opção.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 18.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1° Secretário

Diretoria Geral

Portarias

PORTARIA N° 103/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n° 4097 datado de 04 de maio de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar, para todos os efeitos legais, na ficha funcional de JOAO BATISTA FIGUEIREDO, matrícula n° 40.222, portador do RG n° 074.688-PR e do CPF n° 011.969.289-91, funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, lotado no Gabinete Parlamentar do Deputado Estadual Caíto Quintana, ocupante do cargo Técnico de Contabilidade, NTC-03, o tempo constante da Certidão n° 4520/00, da

SEAD, de 03 (três) anos, 09 (nove) meses e 05 (cinco) dias, período compreendido entre 01/04/91 e 30/12/94, em que prestou serviços à Casa Civil do Governo do Estado do Paraná, contados para todos os efeitos, conforme dispõe o artigo 129, da Lei n° 6174/70.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12.06.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA N° 104/07

O Diretor da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n° 5614 datado de 06 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, na ficha funcional de ELOINA DA APARECIDA TEIXEIRA SUDUT, matrícula n° 40.581, portador do RG n° 5.177.160-5-PR e do CPF n° 392.301.639-53, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, lotada no Gabinete da Diretoria Geral, exercendo o cargo de Auxiliar Administrativo, NBA-3, os termos constantes na Certidão do INSS, em que prestou serviços a: Aargau Eletrometalurgica Ltda, por 10 (dez) anos, 08 (oito) meses e 07 (sete) dias, período de 19/02/74 a 25/10/84, Thadeu L. Domanski Indústria de Malhas Ltda, por 07 (sete) dias, de 25/01/85 a 01/02/85; Lumicenter Indústria e Comércio de Luminárias Ltda, por 02 (dois) meses e 08 (oito) dias, de 01/05/85 a 08/07/85, nos termos do parágrafo 9°, do artigo 201, da Emenda Constitucional n° 41/03.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18.06.07.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Publicações Administrativas:

Protocolo: 7584/06

Data: 20/09/06

Requerente: SANTIAGO LOSSO

Assunto: Retificação de Enquadramento

DESPACHO

1) INDEFIRO, nos termos do parecer da Procuradoria.

2) Ao DSE para publicação.

3) Ao DA para arquivar.

Curitiba, em 12/06/07.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral